

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.**-----

-----**ATA NÚMERO NOVENTA E CINCO**-----

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de

Jesus, Silvino Esteves Correia, Luís Filipe Jesus Dias, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, José Roque Alexandre, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva e Rodolfo Knapic. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa, José António Cardoso Alves, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa e Paula Inês Alves de Sousa Real. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Natacha Amaro (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Filipe Jesus Dias. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e pelos Senhores Vereadores: Paula Marques, Miguel Gaspar, Ricardo Veludo Carlos Castro e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Rocha Correia e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, peço que se sentem, porque vamos começar a sessão.-----

----- Temos quórum, temos muita coisa para analisar, portanto, vamos começar a sessão.-----

----- Vamos começar pelo período de intervenção do público, eu peço à Senhora Arlete Vitorino Condeixa que se dirija aqui para usar da palavra, é uma questão de habitação.-----

----- Tem a palavra a Senhora Arlete Condeixa que querendo pode ser apoiada por alguém aqui da Assembleia”-----

----- **A Múncipe, Senhora Arlete Vitorino Condeixa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boas a todos.-----

----- *Eu venho por este meio, apresentar o meu problema que já tem três anos. Todos os anos pedem-me para entregar os documentos.-----*

----- *Eu vivo numa carrinha há três anos e não vejo o meu problema resolvido. Será que não tenho direito a uma casa?-----*

----- *Já escrevi para o Presidente da República, o Senhor Presidente disse-me para eu falar com o Senhor Fernando Medina.-----*

----- *O meu marido vai ser operado e quando sair não pode ir viver para a carrinha, por isso, eu peço, por favor, que resolvam o meu problema.-----*

----- *E tenho outro problema! Durante a noite atiram-me pedras à carrinha, a gente não consegue dormir!-----*

----- *Obrigada.”-----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado!-----

----- Eu peço, à Senhora Doutora Elisabete Guedes, que é do meu Gabinete, para depois contatar com a Senhora para ver o que é possível fazer.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Larysa Mirontseva.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Larysa Mirontseva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde caros Deputados da Assembleia Municipal.-----

----- Já é a segunda vez que vos apelo, que me ajudam a melhorar as minhas condições de vida, por favor! -----

----- Peço para ter um apartamento, para ter melhores condições de vida, por favor! -----

----- Um dos mandamentos de Deus diz, “felizes as pessoas que tem misericórdia dos outros, pois Deus terá misericórdia delas.” -----

----- No meu primeiro discurso, em 3 de dezembro, pedi para entenderem a minha situação. Eu estava registada em 16 de dezembro de 2018 na lista de espera para alugar um apartamento e já tinha uma declaração da Comissão Médica, sobre a perda de saúde de 62%, emitida em 3 de outubro de 2018. -----

----- No entanto, eu vim quatro vezes para registar o processo do apartamento na Câmara Municipal durante 2019 e não me receberam os documentos. -----

----- Após a minha solicitação em 3 de dezembro de 2019, na Assembleia, o Doutor Presidente instruiu a Doutora Daniela a ver a minha situação. Ela disse-me que se antes de 12 de dezembro de 2019 eles não me ligassem da Câmara Municipal, eu precisava ir à Câmara Municipal com uma declaração da Comissão Médica, uma vez que essa declaração não era levada em consideração e eu tenho poucos pontos! A propósito da declaração, esta foi-me emitida em 3 de outubro de 2018 e eu fui registá-la em 16 de novembro de 2018. -----

----- No dia 12 de dezembro, eu vim à Câmara Municipal, mas a partir de 2 de dezembro de 2019, começou o registo para a uma nova lista de espera. Eles deram-me um site em papel para fazer um novo registo. Eles não quiseram registar-me no local, tenho todos os documentos comprovativos. -----

----- Embora tenha sido informada na Câmara Municipal em 4 de novembro de 2019, que o registo só começava em janeiro de 2020, pedi ao registrator para entrar em contato com a Doutora Daniela e expliquei que ela estava à espera que eu entregasse a declaração da junta médica. Doutora Daniela atendeu. Ela respondeu-me que, se eles me registassem teria que esperar por uma nova lista de espera. Além disso, ela disse que o Presidente da Câmara Municipal, introduziu um novo programa em que pessoas com cidadania portuguesa fossem colocadas na fila. Ainda não tenho! -----

----- Sonhei que conseguiria um apartamento e comecei a obter dos documentos para aquisição da cidadania. Como a obtenção desses documentos requerem gastos económicos consideráveis. Eu tenho uma pensão de invalidez de 269 euros por mês. Agora pago 180 de euros por apartamento e 30 euros por mês em serviços públicos e disseram-me na Câmara Municipal que o pagamento por um novo apartamento será cerca 45 euros. Com o dinheiro que economizava, eu poderia pagar o custo da obtenção da cidadania portuguesa. -----

----- Ajudem-me por favor, a alugar um apartamento com melhores condições possíveis, para a festa do natal do Nosso Senhor Jesus Cristo! -----

----- Será o presente mais maravilhoso da minha vida! E as suas boas ações serão contadas no livro principal do nosso senhor! Quero dar os parabéns pelas próximas férias e desejo que ninguém tenha problemas na vida!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado!”-----
----- Eu peço, à Senhora Doutora Elisabete Guedes, que depois a contate, mas pode deixar aqui a sua intervenção.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Edvaldo Lima.”-----
----- **O Múncipe, Senhor Edvaldo Lima,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde! Peço desculpa, pela minha voz é horrível!-----
----- Eu venho aqui não falar de mim, mas falar do sítio onde vivo.-----
----- Eu vivo aqui num bairro que fica aqui às portas de Lisboa, muitos de vocês, senhores deputados, já devem ter ouvido falar mas, eu vou-vos dizer do que falo no final da minha intervenção, se não se importarem!-----
----- É o seguinte, esse bairro aonde eu vivo é um bairro de autoconstrução, existe lá antes do 25 de Abril.-----
----- Nesta altura o que é que se passa? Há uma Câmara Municipal que está a levar a cabo a demolição do meu bairro, aonde eu moro, aonde sempre vivi e por isso vim cá hoje.-----
----- O que é que se passa? Esta Câmara Municipal não fala connosco, uma vez que se trata das nossas vidas, não fala connosco, não há diálogo. Nós não sabemos o que podemos fazer!-----
----- O que eu venho aqui fazer, também, é pedir-vos ajuda!-----
----- Nós sabemos que Lisboa, com todas as vossas dificuldades tem dado muitas respostas positivas, que nós vemos na televisão e nós gostávamos que no nosso bairro, no meu bairro, pudesse também haver essas soluções, juntamente com as pessoas. Pudesse também chegar a alguma solução, que não seja simplesmente todos os dias às sete da manhã ouvirmos máquinas “pi, pi, pi, pi, pi”, estamos no natal! Nós também gostávamos de o ter!-----
----- Ouvi alguém há pouco dizer, “é altura do natal”, pelo menos gostava que nos fosse dado o sossego do natal, nós não temos esse sossego!-----
----- Eu venho aqui pedir-vos ajuda! Este bairro chama-se Quinta da Lage, não sabemos o que podemos fazer!-----
----- Eu sei que podem-me dizer, “não, ali tem uma Câmara própria, que não se pode intervir aí, tem os próprios poderes”, mas como pessoas que são, eu acho que podem dar uma espreitadela, chegar perto. Desde já são convidados, porque aí não morram só pessoas que vieram de Africa, de São Tomé, de Cabo Verde, de Angola, aí morram portugueses, nascidas em Portugal. Pessoas, sim, que têm pouca literacia, que têm poucos estudos.-----
----- Então, nesta altura o que é que se passa na Amadora? É dado dinheiro as pessoas, as pessoas são empurradas para o arrendamento.-----
----- Se vocês soubessem que um T1 na Amadora, neste momento está a cento e qual mil euros...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Desculpe, Senhor Edvaldo.-----

----- É evidente que toda a gente pode saber de todas as coisas, mas eu acho que deve exercer este seu direito no Município da Amadora, porque efetivamente nós não temos competência....”-----

----- **O Município, Senhor Edvaldo Lima,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Eu disse isso, doutor!*-----

----- *Como disse na minha intervenção.*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu respeito a sua intervenção e tudo isso! Mas, infelizmente, nós sabemos que há muita gente com problemas de habitação no país.”-----

----- **O Município, Senhor Edvaldo Lima,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Nós queremos fazer parte da solução Senhor Doutor!*-----

----- *Queremos ajudar, também, não queremos que nos deem casa, nós somos pessoas que trabalhamos! Eu por exemplo trabalho!*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas compreende que as nossas competências extinguem-se no limite do nosso Município, nessa matéria?”-----

----- **O Município, Senhor Edvaldo Lima,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Sim!*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, pedia-lhe que conclui-se.”-----

----- **O Município, Senhor Edvaldo Lima,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Vou concluir!*-----

----- *Então, tenho que concluir, mas dizer que, ajudem-nos!*-----

----- *Quem manda, quem faz as coisas, as Lei somos nós! Como seres humanos que são! Como pessoas que são, não vamos dizer que aquelas pessoas estão mal ao nosso lado e não vamos intervir, porque os nossos poderes não chegam aí! É aí que temos que fazer mais!*-----

----- *Nós fazemos todos parte de Lisboa e Lisboa não é só quem morra dentro da cidade de Lisboa, quem está à volta também faz parte de Lisboa, as pessoas que vem trabalhar!*-----

----- *Nós queremos ter direito ao lugar, direito de poder viver naquele Município e de estar na Amadora, é isso! Queremos ter direito ao lugar, queremos que nos respeitem!*-----

----- *Eu venho aqui, sei que não vai dar nada, mas venho aqui para dizer-vos senhores deputados, “aqui perto há pessoas que sofrem, pessoas que não conseguem falar com os vossos pares, poder político, que não nos ouvem!”*-----

----- *Ajudem-nos, por favor!*-----

----- *Muito obrigado!*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Espero que compreende que efetivamente há poderes autárquicos eleitos no concelho e, portanto, é com esses autarcas que tem que fazer esse diálogo em primeira mão.-----

----- Ainda não há uma região de Lisboa em que nós tenhamos competências, as nossas competências limitam-se ao concelho de Lisboa.-----

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **O Município, Senhor Edvaldo Lima**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado, mas vamos quebrar barreiras e ajudar as pessoas! As pessoas são aquilo que realmente interessa, Senhor Doutor!”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Já concluiu, muito obrigado.”*-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- *“Temos dois votos de pesar neste momento, peço ao Primeiro Secretário que leia o primeiro Voto de Pesar.”*-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 095/01 (PCP) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal do PCP) VOTO DE PESAR “José Lopes”;**-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 095/01 (PCP)**:-----

----- *“Voto de Pesar*-----

----- *José Lopes*-----

----- *“Ser actor, mais do que uma profissão, é uma condição”*-----

----- *José Lopes, Actor*-----

----- *No passado dia 10 de Dezembro, José Lopes, 61 anos, actor, foi encontrado morto, sozinho na tenda que tinha por habitação desde que lhe tinha sido retirado o Rendimento Social de Inserção, junto a uma estação ferroviária da zona de Sintra. Nascido a 31 de Março de 1958, iniciou-se no teatro amador, num grupo saído do Liceu Pedro Nunes, os “Os Arletes”. Frequentou o curso de Antropologia Social, esteve ligado à música como guitarrista, mas o teatro era a sua grande paixão e era nos palcos que se realizava plenamente, e ao longo da sua carreira, surgem entre as diversas peças em que participou Os Negros, de Jean Genet, com encenação de Rogério de Carvalho, Epopeia de Gilgamesh, com tradução de Pedro Tamen e encenação de Adolfo Gutkin ou a Vida e Morte de Bamba, de Lope de Vega, que Luís Miguel Cintra encenou em 1989. Com Luís Miguel Cintra, trabalhou também, mais*

recentemente, na Escola Superior de Teatro e Cinema, colaborando na disciplina de direcção de actores. No estrangeiro participou no Festival Internacional de Teatro de Lovaina, Bélgica, em *Eu, Antonin Artaud*, ou em Barcelona, no Festival de Teatro de Sitges, numa encenação de Adolfo Gutkin dedicado ao mito de Drácula. -----

----- Nos anos 1980, pisou os palcos profissionais, mas, ao mesmo tempo, participou em manifestações amadoras e em intervenção directa num grupo como os *Felizes da Fé*, que criava happenings desafiadores nas ruas das cidades, tendo a Rua Augusta como cenário privilegiado. -----

----- Além do teatro, trabalhou como actor em produções independentes de cinema, como é exemplo *“Adeus Lisboa”*, de João Rodrigues. O último trabalho que se conhece de José Lopes, foi dar voz a vários poemas de Fernando Pessoa que integram o arquivo online *multipessoa.net*. -----

----- No mesmo dia em que foi encontrado morto, realizaram-se várias concentrações sobre o estado da política cultural, em diversas cidades do país. Profissionais das artes e da cultura denunciaram a triste realidade do sector e exigiram o efectivo cumprimento da Constituição da República. Exigiram que o Estado assegure o livre acesso de todos à criação e fruição cultural e assuma a responsabilidade de prover os meios necessários a esse fim, bem como uma política cultural democrática, que reconheça o direito de todos à criação, apresentação, publicação, divulgação, estudo, crítica e difusão da produção nacional, livre de prescrições alheias, ideológicas, políticas ou económicas, tendo como mote o pedido antigo de 1% do Orçamento do Estado para a cultura. -----

----- No mesmo dia de mais uma manifestação a favor do 1% para a Cultura, -----

----- José Lopes. -----

----- Actor. -----

----- 61 anos. -----

----- Vivia numa tenda, junto a uma estação de comboios em Sintra -----

----- Morreu sozinho. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 17 de Dezembro de 2019, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Lopes, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda ao Grupo de Teatro Maizum. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Comunista Português -----

----- - António Modesto Navarro -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Vamos passar ao segundo voto, peço à Segunda Secretária para ler o segundo Voto.” -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 095/02 (PCP) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal do PCP) VOTO DE PESAR “Rui Moura”;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do **Voto de Pesar n.º 095/02 (PCP):** -----
----- “Obrigado Senhor Presidente.-----
----- Informo os presentes, que estão presentes familiares de Rui Moura neste plenário.-----
----- *Voto de Pesar*-----
----- *Rui de Moura*-----
----- *Faleceu na passada semana Rui de Moura, 97 anos, editor e um dos fundadores de uma das mais importantes editoras portuguesas da década de 60, a Prelo.-----*
----- *Ainda na juventude, juntamente com os seus irmãos Mário e Rogério, também editores, reactivaram e dinamizaram em Campo de Ourique a Universidade Popular, uma biblioteca que estava abandonada, por força das contingências do fascismo, e chamaram Keil do Amaral, Flauzino Torres, Bento de Jesus Caraça, Joel Serrão, entre outros pensadores da época, para realizarem palestras.-----*
----- *Rui Moura e os irmãos cedo começaram a pagar a factura do seu interesse cultural. Um inocente encontro em casa dos pais para lerem e discutirem um livro chamado Civilização, acabou na prisão. Tinham 15 anos e não sabiam nada de política ou de partidos. Estavam apenas a ler, quando veio a Pide e os levou presos. --*
----- *Leitor muito atento e crítico, Rui de Moura aprendeu “à sua custa” e sedimentou uma profunda formação histórica e política. Autodidacta, também aprendeu sozinho a ler e escrever francês e inglês. Dedicou-se, ainda muito novo, à tradução, sobretudo de obras sociais e históricas. À actividade cultural, juntava uma empenhada militância política, antifascista. Esteve preso três vezes, a última das quais integrado no chamado caso da prisão dos economistas, com Guilherme Nascimento, Sá da Costa, Costa Leal e outros.-----*
----- *Depois de ter saído da prisão, Rui Moura fundou a Prelo, em 1960, sobretudo com o intuito de divulgar a cultura, e o primeiro livro que publicou foi “Matai-vos uns aos outros” de Jorge Reis, que havia ganho o Prémio Camilo Castelo Branco. A Prelo foi muito importante para a divulgação da ficção portuguesa, além da economia e de vários livros políticos, pelo que tiveram muitos problemas com a censura. Só conseguiram vender esses livros nos primeiros dias, antes de serem apreendidos pela Pide.-----*
----- *Mais tarde, a Prelo tomar-se-ia sociedade anónima, com a entrada de Sérgio Ribeiro, António José Lopes Ribeiro e Carlos Carvalhas, e lançou uma colecção de economia. Uma colecção técnica, com temas de fotografia e cinema, compensava os prejuízos de outras. Em 20 anos, a Prelo editou 300 livros. Entre eles, uma edição de Pantagruel, ilustrada por Júlio Pomar, tal como Teatro Português, de Luiz Francisco Rebello, que aliás paginou, porque o editor também tinha artes gráficas e fazia a revisão.-----*
----- *Em 1975, Rui de Moura fundaria as Edições Sociais, com uma linha editorial muito politizada, para «acompanhar os tempos da Revolução». Publicou os “militares de Abril” e outros livros sociais, aqueles que preferia fazer. E depois lançaria a Politécnica, uma editora escolar, que dirigiu até se reformar.-----*

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 17 de Dezembro de 2019, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Rui de Moura, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, vamos passar à votação dos votos, portanto, primeiro Voto José Lopes.” -----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Pesar n.º 095/01**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar n.º 095/01** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Vamos passar à votação **do Voto de Pesar n.º 095/02**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto de Pesar n.º 095/02** foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, Deputado Municipal Independente Miguel Graça e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, da Sala de Plenário, nestas votações.) -----

----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de José Lopes e Rui de Moura)-----

----- **1. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS RELATIVAS A CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS; 2X GRELHA BASE – 1H: 15 MN:** -----

----- **1.1. APRECIACÃO DO PONTO I DA PROPOSTA 732/CM/2019 – ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E NO N.º 2 DO** -----

ARTIGO 120.º, TODOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- 1.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 682/CM/2019 - CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E FREGUESIAS DO CONCELHO, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- 1.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA 907/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E A MINUTA DO CONTRATO, RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – REQUALIFICAÇÃO DA AZINHAGA DAS TERESINHAS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- 1.4. APRECIACÃO DA PROPOSTA 908/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DAS AVENIDAS NOVAS, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E A MINUTA DE CONTRATO RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – MONUMENTO AOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CIDADE DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- 1.5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 909/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E A MINUTA DE CONTRATO RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

----- 1.6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 910/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS

FINANCEIROS E A MINUTA DE CONTRATO, RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – O BARRACÃO – UMA LUDOTECA DE REGRESSO À HORTA NOVA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;-----

1.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA 911/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E A MINUTA DE CONTRATO, RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DOS ESPAÇOS DE RECREIO DA EB1/JI GAIVOTAS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;-----

1.8. APRECIÇÃO DA PROPOSTA 912/CM/2019 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES, A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E A MINUTA DE CONTRATO RELATIVO AO “PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA EDIÇÃO DE 2019 – GALERIA DE ARTES DO PARQUE”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL;-----

----- (A PROPOSTA 732/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 095/05 (1ªCP) fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- (A PROPOSTA 682/ CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 907/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 908/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta 909/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta 910/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta 911/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta 912/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação 095/04 (Resultante 1ª CP sobre as Propostas 682, 907, 908, 909, 910, 911 e 912/CM/2019)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos começar a discussão do conjunto de propostas, a Proposta n.º 732, 682, 907, 908, 909, 910, 911 e 912/CM72019. Pergunto à Câmara se quer apresentar as propostas? Senhora Vereadora, faça favor.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Bem sei que a proposta que fazermos é a discussão de várias propostas relacionadas com os Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as várias Freguesias.-----

----- O Senhor Vice-presidente teve um contratempo está caminho e eu queria perguntar ao Senhor Presidente, se podemos começar pela apresentação de proposta 907/CM/2019 vez que é da competência do Senhor Vereador Ricardo Veludo, ele está presente e, por isso pergunto ao Plenário, se podemos?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Vereadora dirige-se à Mesa e não o Plenário, com todo o respeito.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa! Peço à Mesa da Assembleia, se podemos começar por outro lado?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Senhora Vereadora, o que acontece, a Câmara pode apresentar querendo ou pode dispensar a apresentação, pode até não haver nenhuma questão para a proposta e, portanto, de qualquer forma a Câmara pode desde já apresentar a proposta que referi, se a Senhora Vereadora quiser apresentar.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Então, Senhor Presidente, e pedindo desculpa novamente por me ter dirigido ao Plenário e não à Mesa da Assembleia, a Câmara dispensa apresentação das propostas.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, eu pergunto ao Senhor Deputado Manuel Lage se pretenda fazer a apresentação das propostas, também dispensa a apresentação das propostas, portanto, vamos seguir as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.”-----

----- Não está?-----

----- Não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não havendo Senhores Deputados inscritos, vamos passar as votações. As correções materiais são aquelas apresentadas na 1ª Comissão.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 732/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, BE e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, PAN, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, da Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 732/CM/2019 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação n.º 095/05**. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. **A Recomendação n.º 095/05 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 682/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 682/CM/2019** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 907/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 907/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 908/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 908/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 909/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 909/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 910/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal

Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 910/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 911/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 911/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta n.º 912/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta n.º 912/CM/2019** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação n.º 095/04 (1ª CP)**. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 095/04 (1ª CP)** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, não participou na apreciação e votação das Propostas de Delegação de Competências por impedimento legal (Proposta 907, 908, 909, 910, 911 e 912/CM/2019) e da Recomendação resultante dos pareceres da 1ª Comissão Permanente referentes às mesmas propostas.)-----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário nestas votações.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Há uma declaração de voto oral. -----

----- Faça favor, Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- “Só para dizer Senhor Presidente que a Proposta 732/CM/2019, sendo referente a uma Freguesia que tem a maioria, tem a presidência do PCP. Nós abstivemos porque, vem na sequência da nossa posição, somos contra o esvaziamento de competências sem estudos que apontem a correção ou incorreção dessas transferências e sempre alertámos para as consequências desta situação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- Senhor Deputado Luís Newton, também, pretende usar da palavra, -----
----- Faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente uma interpelação à Mesa. -----

----- Nós estávamos aqui acompanhar a evolução das votações e ficámos com a impressão de que se votou duas vezes a 909 e não se votou 908. Não sei se é possível recuperar?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então por cautela vota-se novamente a 908, para não haver problemas! Porque o PSD colocou a questão e pode haver essa pertinência, portanto, quem vota contra 908? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade, portanto, está tudo claro! Muito obrigado, Senhor Deputado Luís Newton, pelo seu cuidado. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Graça informou a Mesa, penso que é isso, que está impedido de participar nas votações do Ponto 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8 pelas funções que exerce, assim será tido em conta.” -----

----- **2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 817/CM/2019 – CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS LAUREADAS COM O PRÉMIO DE MÉRITO DESPORTIVO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL OLISIPÍADAS – 5ª EDIÇÃO 2019, RESPECTIVA MINUTA DE PROTOCOLO E TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DO ARTIGO 121.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Proposta 817/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIX e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XX e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 095/04 (1ªCP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XXI e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Agora, então íamos ao Ponto 2, Propostas 817/CM/2019 - Celebração do Contrato de Protocolo entre o Municípios de Lisboa e as Juntas de Freguesias

laureadas com o Prémio de Mérito Desportivo no âmbito do Programa Municipal Olisipiadas - 5ª Edição 2019.-----

----- Portanto, eu perguntava à Câmara se quer apresentar a propostas?” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Câmara prescinde, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, pergunto ao Senhor Deputado relator se quer apresentar a proposta? O Senhor Deputado Relator prescinde.-----

----- Não há ninguém inscrito, portanto, nesse caso vou passar à votação da proposta.”

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 817/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. **A Proposta n.º 817/CM/2019 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação n.º 095/02 (1ª CP)**. Não há votos contra, abstenções do PCP, BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. **A Recomendação n.º 095/02 (1ª CP) foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro quer fazer uma declaração de voto, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- “É que assim com esta imposição de ritmo as coisas ficam mais complicadas! -----

----- Nós votámos contra a Proposta 897, abstivemo-nos na Recomendação n.º 095/03.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Recomendação n.º 095/02 que a Recomendação n.º 095/03 ainda não foi!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra da **Declaração de Voto Oral**, continuou:-----

----- “Senhor Presidente, estamos no Ponto 3 – EGEAC?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Estamos no Ponto 2, ainda não entramos no Ponto 3, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra da **Declaração de Voto Oral**, continuou:-----

----- “Então, peço desculpa, ainda é pior, nós votamos a favor na Proposta e abstivemo-nos na Recomendação.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Era o que tínhamos retido, Senhor Deputado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **3. APRECIACÃO DA PROPOSTA 897/CM/2019 - CONTRATO DE MANDATO A CELEBRAR COM A EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., S.A. - “CONTRATO DE MANDATO PARA A CRIAÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA MANUTENÇÃO MILITAR (“HUB CRIATIVO DO BEATO””, REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DOS RESPETIVOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS DE 2020 E 2021, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 2 DO ARTIGO 36.º E DA ALÍNEA B), DO N.º 1 DO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, E DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º-A DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, E NO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A Proposta 897/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XXIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 095/04 (1ªCP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:--

----- “Portanto dito isto, vamos passar ao Ponto 3, Proposta 897/CM/2019 – Contrato de Mandato a celebrar com a EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, Contrato de Mandato para a Criação do Núcleo Museológico da Manutenção Militar “Hub criativo do Beato”.-----

----- Portanto, relativamente a este Ponto 3, eu aproveito já para dizer que há retificações a fazer e vou já dar nota delas:-----

----- - A numeração no considerando XVIII deve se retificado para XVII, devendo os restantes se renumerados.-----

----- - No Ponto 2 da parte deliberativa: Onde consta “(...) uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta n.º718-A/CM/2018, que introduzir alterações à Proposta n.º718/CM/2018 (..), deve constar “(...) uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do Ponto 2 da parte deliberativa da Proposta n.º718-A/CM/2018 (...)”. -----

----- Portanto, é com estas retificações que vamos discutir esta Proposta, pergunto à Câmara se quer apresentar Proposta?”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Câmara prescinde, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, pergunto ao Relator, Senhor Deputado João Valente Pires se quer apresentar o relatório? Faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Valente Pires (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A Manutenção Militar de Lisboa foi construída na antiga cerca do Convento de Santo Agostinho, o Convento das Grilas como era popularmente conhecido, instalado neste espaço desde 1889, a Manutenção Militar foi um vasto complexo fabril que abastecia o exército português de bens alimentares básicos. -----

----- O seu interesse museológico é inegável, até porque reflete o avanço tecnológico trazido pelo exército português no domínio das engenharias.-----

----- Em 2016, o Estado Português e o Município de Lisboa celebraram um alto de cedência de utilização e aceitação deste complexo por um prazo de cinquenta (50) anos com o fim de aí serem instaladas *startups* e o espaço de empreendedorismo, bem como um Polo Cultural e Tecnológico importantes para o processo de reabilitação da zona oriental de Lisboa.-----

----- Assim, o Município de Lisboa pretende criar neste espaço um Polo designado como “Hub Criativo do Beato” com valências económicas e culturais. -----

----- Em agosto de 2019 foi cedida à EGEAC a utilização da antiga fábrica de moagem, para aí ser criado um espaço museológico que preserva memória da manutenção militar. Para tal a EGEAC ficou incumbida de executar as obras de reabilitação e requalificação necessárias a esse fim, com a condição de salvaguarda integral do património industrial ali existentes. Este contrato obriga a EGEAC a submeter à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, o programa preliminar e projeto sequentes antes de qualquer execução. -----

----- Os Grupos Municipais e os Deputados Independentes da 1ª e 7ª Comissões Permanentes propõe à Assembleia Municipal que seja deliberado recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- 1. O programa preliminar e os projetos sequentes que, nos termos do terceiro ponto deliberativo da Proposta, serão presentes à Câmara Municipal de Lisboa para

apreciação antes de qualquer ato de execução por parte da EGEAC, sejam remetidos à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- 2. A informação prevista na alínea b) da cláusula Sétima do Contrato de Mandato a celebrar com a EGEAC seja igualmente remetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- 3. Seja remetido à Assembleia Municipal trimestralmente, o relatório de evolução da execução física e financeira do contrato. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Funcionários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Assessores, restante Público. -----

----- Porque vamos votar contra: -----

----- Porque esta Proposta é desqualificada de qualquer estratégia consistente de intervenção da EGEAC na cultura da cidade. -----

----- Porque não cabe à EGEAC e à Câmara substituir-se aos privados na gestão e desenvolvimento do Hub Criativo do Beato. -----

----- Porque o Hub Criativo do Beato é um projeto adiado que a Câmara não consegue desenvolver a “tempo e horas”. -----

----- Esta estratégia de colocar a EGEAC a promover obras que têm de ser feitas pelos empreendedores privados não nos parece correta! -----

----- Porque este é mais um projeto avulso, descontextualizado e limitado de transferência de competências da Câmara na EGEAC. -----

----- Quando houver um projeto sério de transferência de competência na EGEAC, como, por exemplo, o MUDE, e resolvendo a situação do Teatro Maria Matos, entre outros, cá estaremos para apreciar e votar favoravelmente, se assim o entendermos! -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Deputados e Público. -----

----- O Grupo de Independentes do “Movimento de Cidadãos por Lisboa” saúda esta perspetiva e saúdam porquê? Porque consegue aliar a questão da cidade criativa e inovadora, à questão cultural com um equipamento que pensamos que pode trazer, não só Arqueologia Industrial, mas também o papel, exatamente, ligado até à guerra colonial desta matéria. E então, estamos face a um equipamento que ele não é mais efêmero e que não é mais apenas festivo. -----

----- Delinear uma visão estratégica da cultura passa efetivamente por criar equipamentos em que EGEAC e a Câmara ofereçam quer aos residentes, quer aos turistas, ofertas consistentes que subtraem aos turistas, os guias, às vezes dos *tuk-tuks* e outras situações recriando histórias que não corresponde à realidade da cidade de Lisboa. -----

----- Pensamos que este reforço é importante e é importante porque vem responder, também, a descentralização para uma freguesia de fluxos turísticos e simultaneamente também para os residentes. Portanto, consideramos importante já foi dito aqui pelo relator que é preciso verificar e avaliar o conteúdo, mas reforçamos esta matéria no ponto de vista da Arqueologia Industrial. -----

----- Lisboa tem Arqueologia Industrial muito boa, fantástica ainda, até pelo atraso efetivamente das fábricas, todas na zona oriental que muitas se mantiveram e achamos e sugerimos que esta situação seja trabalhada, também, pela Associação dos Arqueólogos Industriais, para se perceber o acervo e dar-lhe este conteúdo e esta abordagem mais lata de reforço de cidade global a partir do património.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Em 17 de julho de 2016 foi celebrado entre o Estado Português e o Município de Lisboa um auto de cedência de utilização e aceitação do prédio militar designada por o PN164/Lisboa - Manutenção Militar.-----

----- A CML (Câmara Municipal de Lisboa) pretende criar naquele edifício um Pólo Cultural Tecnológico e Turístico, designado por “Hub Criativo do Beato” e cuja coordenação será assegurada por uma *startup* Lisboa, chamada “Startup Lisboa”. -----

----- No dia 1 de agosto de 2019, a Câmara celebrou com a EGEAC o auto de cedência de utilização do espaço municipal, no qual foi cedido o edifício designado Fábrica de Moagem/Edifício16 do Hub Criativo do Beato para ser constituído o Núcleo Museológico de Manutenção Militar. -----

----- Os Vereadores e Deputados do PCP desconhecem as dimensões, áreas e tipologias do Edifício 16 do Hub Criativo do Beato. Na página quatro da Proposta em questão, é feita referência a um relatório e inventariação de património militar, onde

se presume que constem os equipamentos móveis protegidos e deslocáveis, mas também não foi junto à proposta como seria de esperar.-----

----- Nos considerandos da Proposta, existe a menção que um novo espaço museológico que se pretende que seja dedicado à preservação da memória da Manutenção Militar.-----

----- Mas, depois existem, também, referências nos considerandos da Proposta à necessidade de construir um novo núcleo dedicado ao passado industrial da cidade, o que poderá criar confusão com a Proposta 368/2019, apresentada pelo PCP intitulada “Museu do Operário da Atividade Industrial”.-----

----- Não se entendem nem é perceptível, se o Executivo pretende abertura dentro deste Núcleo Museológico da Manutenção Militar de um núcleo relativo aos operários da atividade industrial. Se sim, em que termos?-----

----- É referido ainda que a Câmara Municipal de Lisboa, pretende atribuir para a EGEAC para o ano de 2020, o valor de dez milhões e quinhentos mil euros e agora para a realização de obras no edifício onde pretendem que seja criado o Núcleo Museológico Manutenção Militar o valor de um milhão trezentos e cinquenta mil euros que, nos parece que não constava dos valores atribuídos para o Plano de Atividades da EGEAC, para o ano de 2020? É uma interrogação que deixamos!-----

----- A Câmara através da DMC sempre realizou obras nos museus, basta recordar o excelente trabalho relacionado com as obras da criação do Museu do Aljube que abriu ao público em 2015. Porquê é que não é a DMC a realizar as obras e a gerir este novo núcleo em vez da EGEAC?-----

----- Com a atribuição das obras para criação deste Núcleo Museológico Manutenção Militar à EGEAC que, estão mais uma vez a esvaziar as competências da Câmara Municipal e respetivos serviços e a reforçar o poder das empresas municipais.-----

----- Convém, também, saber qual será a programação prevista para o Núcleo Museológico da Manutenção Militar? Sabemos que esta é uma primeira fase, mas já o Senhor Presidente, obviamente aceitou na Câmara mas, haverá as fases seguintes das obras interiores e daquilo que vai ser a divisão dos espaços e que áreas é que este complexo vai abarcar? Ficamos à espera dessa discussão.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Só para que a Câmara clarifique até na sequência da intervenção avisada do Senhor Deputado Modesto Navarro, se este contrato de mandato inclui também a

gestão do futuro espaço museológico e caso não o faça, porque eu não leio isso no contrato de mandato, quem é que o fará e em que moldes? Portanto, solicitar este esclarecimento!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Peço à Câmara para usar da palavra.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Muito boa tarde a todos e todas. -----

----- Em relação a este Projeto do Hub Museológico do Beato, é como está referido na Proposta, portanto, trata-se apenas de uma parte do edifício, a parte industrial propriamente ditas antiga Fábrica das Moagens que tem, naturalmente, um elevado interesse patrimonial e, por isso foi entendido preservá-lo no âmbito desta operação e transformá-lo num Núcleo Museológico. Aliás, ele já existia, mas com uma pequena dimensão e, portanto, o que vai acontecer é que ele vai ser ampliado e objeto de uma intervenção renovada. -----

----- Aquilo que já foi feito foi exatamente uma inventariação, dentro de toda aquela maquinaria o que é que tem efetivo interesse industrial ou não, portanto, isso foi feito em colaboração com a Direção Geral do Património e Cultural e aquilo que se propõe nesta primeira fase, portanto, este vai ser muito provavelmente o novo Núcleo do Museu de Lisboa e, por isso, foi a sua gestão entregue à EGEAC.-----

----- Não se confunde com a Proposta do PCP, porque a proposta do PCP é criar um Museu Operário Industrial mas aquilo que nós dissemos foi que, iríamos criar um grupo de trabalho para estudar este tema, porque nos parece que não faz sentido, se calhar ser um museu único operário industrial, mas sim também um museu polinuclear que envolva, aliás, os vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa, porque é aí que se encontra uma grande parte dessa memória e que, eventualmente, este núcleo possa integrar esse projeto mais amplo e, portanto, estamos aí. -----

----- Este núcleo é autónomo, o que vai ser o tal Museu Operariado ou se é um museu ou se é uma rede de espaços visitáveis na Área Metropolitana, isso está em discussão. Muito brevemente, nós vamos nomear esse Grupo de Trabalho, só agora que tivemos as indicações de quem poderão ser os representantes de cada partido para este grupo. --

----- E dizer também que isto é um Contrato de Mandato, porque se trate de um investimento, de uma obra de investimento que está prevista no Contrato Programa e, portanto, tem que ser feita com uma contratação à parte. Este primeiro contrato e apenas para das fase das fachadas exteriores e das coberturas, para poderem ser feitas ao mesmo tempo que todas as intervenções da “Startup de Lisboa” no local e que tem uma componente exterior. -----

----- Contamos até ao final do primeiro trimestre apresentar então o conteúdo museológico para que sim, essa ser a grande intervenção de fundo e nessa altura, virá

certamente, não só a Câmara como que à Assembleia Municipal, como ficou constava a proposta.-----

----- No entanto, também, ficará mais claro, se calhar, como é que vai evoluir essa ideia proposta pelo PCP.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente só mais um segundo.-----

----- Reafirmar que esta não é ao contrário do que foi dito, não faz parte de nenhuma abordagem pontual relativamente às empresas. As empresas municipais têm, como foram trazidas aqui para conhecimento, dada as alterações que foram feitas à Lei e foram submetidas à Câmara Municipal de Lisboa, as orientações estratégicas para todas as empresas municipais e para EGEAC, também, e a todo o tempo a Senhora Vereadora neste caso Catarina Vaz Pinto, com responsabilidades na gestão da EGEAC, gestão relativamente àquilo que é o seu objeto, dá, sintetiza e particulariza essas mesmas orientações.-----

----- 1 - É falso que o Município de Lisboa não detenha toda a orientação estratégica e toda a pilotagem da EGEAC;-----

----- 2 - É muito claro que a estratégia para com todas as empresas municipais de intervenções no património, neste caso da EGEAC é o primeiro, mas em todas as outras empresas está a acontecer, estão a ser elaborados desenvolvidos, apresentados a apreciação Municipal e à Assembleia Municipal um conjunto de Contratos Mandato que configuram, digamos, a parte prática, a parte operacional dessa mesma estratégia.-----

----- Portanto, deixar muito claro que podemos ter todas as diferenças do mundo sobre aquilo que deve ser o papel das empresas municipais, mas não podemos aceitar que se diga que as empresas municipais não têm orientação estratégica.-----

----- E, também, reafirmar algo que tem sido aqui nesta Assembleia por alguns Grupos Municipais sublinhado e também no nosso ver completamente falso e errado que, as empresas municipais não estejam a ser monitorizadas, auditadas e escrutinadas a todo o tempo por todos e, como, aliás, eu já demonstrei aqui várias vezes, nomeadamente com documentos que são do conhecimento desta Assembleia e de todos os municípios ou não! De todos aqueles que os quiserem ler e, portanto, toda essa monitorização é feita e não é aceitável que se diga que o município de Lisboa não gere convenientemente e monitoriza as suas empresas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-presidente.-----

----- Eu já tinha lido algumas retificações desta proposta, há mais alguma retificação a ter em conta sobre esta Proposta? Não há mais nenhuma retificação.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta n.º 897/CM/2019**. Votos contra do PSD, CDS-PP, PCP, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, abstenções do BE e do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PS, PAN, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da

Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **da Proposta n.º 897/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --
----- “O Bloco de Esquerda e CDS-PP vão apresentar uma declaração de voto. -----
----- Há ainda uma recomendação para votar, é a Recomendação n.º 095/03 da 1ª e 7ª Comissão.” -----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação n.º 095/03 (1ª e 7ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação n.º 095/03 (1ª e 7ª CP)** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal de MPT da Sala de Plenário nestas votações) -----
----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Declaração de Voto relativa à apreciação da Proposta 897/CM/2019 - Contrato de Mandato a celebrar com a EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A. – “Contrato de Mandato para a Criação do Núcleo Museológico da Manutenção Militar (“Hub Criativo do Beato”).*”

----- *As deputadas e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar abstenção na apreciação da Proposta 897/CM/2019 - Contrato de Mandato a celebrar com a EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A. – “Contrato de Mandato para a Criação do Núcleo Museológico da Manutenção Militar (“Hub Criativo do Beato”), repartição de encargos e a assunção dos respetivos compromissos plurianuais, para os anos de 2020 e 2021 pelos seguintes motivos:* -----

----- *a) No dia 1 de agosto de 2019, foi celebrado com a EGEAC o “Auto de Cedência de Utilização de Espaço Municipal”, através do qual foi cedido à empresa municipal a utilização do edifício designado como “Fábrica de Moagem” (Edifício 16 do Hub Criativo do Beato), para criação de um espaço museológico de memória da Manutenção Militar que se destina à instalação do Núcleo Museológico que integra o acervo da Ex Manutenção Militar permitindo a sua fruição pública e preservando, em simultâneo, a memória da utilização pelo Exército Português. Este auto de cedência foi celebrado pela Vereadora Catarina Vaz Pinto sem ter sido discutido nos órgãos municipais.* -----

----- b) Esta proposta visa incumbir a EGEAC de realizar as obras de reabilitação, conservação e adaptação necessárias à instalação do Núcleo Museológico, com a condicionante de salvaguardar, de forma integral, o património industrial ali existente, bem como suportar os demais encargos correntes com a utilização daquele espaço, no valor de € 1.350.000,00. No entanto, contrariamente ao que aconteceu noutros projetos do município, em que a coordenação da elaboração dos projetos fica a cargo dos serviços competentes do Município, neste caso a proposta prevê que a EGEAC, empresa municipal, controle todo o processo.-----

----- c) Acresce que o projeto do Hub Criativo do Beato não só está muito atrasado, como retalhado na execução das várias intervenções, uma vez que são desenvolvidas por entidades diferentes. Mesmo as intervenções a cargo do município estão espartilhadas pelas várias empresas municipais e serviços. No caso concreto, é a empresa municipal SRU Lisboa Ocidental quem irá executar a empreitada de infraestruturas e dos trabalhos relativos aos arranjos exteriores da via estando em curso o concurso público para a empreitada do HUB do Beato - Rua da Manutenção - Construção da ligação à Avenida Infante Dom Henrique, incluindo entrecruzamento que tem o preço base de 420.000,00€. Já no antigo edifício da fábrica de fritos, pastelaria e bombeiros, vai ser instalado um Repair Café. Esta obra, a cargo dos serviços municipais da DMMC prevê a criação do espaço de partilha de experiências e de promoção dos princípios da economia circular – Corepair- com o preço base de € 1.091.789,28.-----

----- d) Para o Bloco de Esquerda é clara a necessidade de intervir, melhorar e requalificar esta zona da cidade criando espaços e equipamentos públicos para o usufruto da população. No entanto, não podemos compreender nem aceitar a forma como este processo tem sido conduzido, sem ser apresentado à Assembleia Municipal um ponto de situação do projeto do Hub Criativo do Beato e sendo só apresentadas propostas desconexas entre si.-----

----- Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou abstenção na apreciação da Proposta 897/CM/2019 - Contrato de Mandato a celebrar com a EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A. – “Contrato de Mandato para a Criação do Núcleo Museológico da Manutenção Militar (“Hub Criativo do Beato”)”, repartição de encargos e a assunção dos respetivos compromissos plurianuais, para os anos de 2020 e 2021.-----

----- Lisboa, 19 de dezembro de 2019.-----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, -----
----- Isabel Pires.”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido da Terra, apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 17 de Dezembro de 2019 a sua declaração de voto referente à Proposta 897/CM/2019.-----

----- Esta Proposta mereceu o voto contra deste Grupo Municipal, porque entendemos que previamente à transferência de qualquer montante para a reabilitação daquele edifício, a EGEAC deveria ter apresentado a esta Assembleia o projecto que pretende desenvolver naquele espaço.-----

----- Para além do mais, o MPT considera que as empresas municipais esvaziam os pelouros da CML das suas competências, garantem o equilíbrio das suas contas através de contractos-programa anuais celebrados com a Câmara, algumas sorvem até recursos humanos e vão-se apetrechando com o corpo técnico que deveria compor divisões camarárias.-----

----- E, para adensar esta trama, levantar-se-á sempre a questão da transparência no que diz respeito às actividades desenvolvidas pelas empresas municipais que nem sempre se nos afiguram muito claras.-----

----- Chama-se a isto, em nossa opinião, falta de clareza, para não dizer falta de transparência.-----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,-----

----- O Deputado Municipal-----

----- - José Inácio Faria”-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **4. APRECIACÃO DOS PONTOS I E II DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 787/CM/2019 – REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º-A E NO N.º 3 DO ARTIGO 26.º, DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- **12. APRECIACÃO DA PROPOSTA N.º 896/CM/2019 – REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DE RECONCILIAÇÃO DEVIDOS À CARRIS - COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., RELATIVAMENTE ÀS COMPENSAÇÕES PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGACÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DOS ANOS DE 2017 E 2018, NOS TERMOS DA SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE SUPERFÍCIE DE PASSAGEIROS E DO RESPECTIVO ADITAMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A Proposta 787/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 896/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes, fica anexado a esta Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Agora vamos ao Ponto 4. Peço atenção da Câmara, também. Apreciação Ponto I e II da parte deliberativa da Proposta 787/CM/2019 - Redução do capital social da alteração dos Estatuto da Carris - Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Portanto o Senhor Vice-presidente pede a palavra?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhor Presidente só para suscitar a Mesa a discussão em conjunto, se tiverem de acordo, dado que há duas Propostas da Carris, esta e uma outra que tem a ver com acerto de contas em face daquilo que é o contrato de serviço público assinado com a Carris, se poderíamos discutir as duas propostas dado que dizem respeito à Carris, em conjunto de forma acelerar os próprios trabalhos. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Se nenhum Grupo se manifestar contra, eu aceitaria esta proposta, portanto, penso que não houve manifestações contra, portanto, vamos discutir em conjunto as estas duas propostas. -----

----- Portanto, a Câmara quer usar da palavra para apresentar? Dispensa. -----

----- Os Senhores Relatores, neste caso são dois relatores, portanto, o Senhor Deputado David Amado desta e do Ponto 12 o Senhor Deputado João Valente Pires. Os relatores quer apresentar os relatórios? Não vejo manifestação nesse sentido, portanto, procedemos de acordo com as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues, PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, minhas Senhoras, meus Senhores.-----

----- Estando em análise conjunta às Propostas 787/CM/2019, referente à redução do capital social e alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa e a Proposta 896/CM/2019, referente à realização dos pagamentos de reconciliação devidos à mesma empresa municipal, pelo cumprimento das obrigações de serviço público dos anos 2017 e 2018. -----

----- O Partido Social Democrata não pode deixar de notar que relativamente ao referido cumprimento de obrigações, os mesmos não têm sido acompanhados das melhores políticas que defendam os interesses dos lisboetas de que se destacam, nomeadamente o atraso na aquisição de elétricos, sejam eles articulados, sejam eles do tipo histórico para os percursos mais sinuosos, aliás, é de referir que esta aquisição

de elétricos foi anunciada pelo seu Presidente da Câmara Municipal de Lisboa aquando a sua tomada de posse no dia 26 de outubro de 2017, altura em que prometeu o lançamento logo no primeiro trimestre de 2018 de um concurso para a aquisição de trinta novos elétricos para a nossa cidade, tendo-lhe chamado então uma medida emblemática, que veio a não ser cumprida. E de igual forma e, ao contrário de outras cidades, nomeadamente no nosso país, verifica-se que a Carris ainda não optou pela aquisição de autocarros elétricos, prática que, também, é comum em outras cidades europeias. -----

----- Assim, como tal e como o PSD já alertou pelo menos e a por em duas ocasiões nesta Assembleia, não se tem visto refletido um reforço das condições de segurança da atual rede de elétricos, quer ao nível da respetiva linha, quer ao nível dos próprios veículos, motivo pelos quais o PSD não poderá votar favoravelmente as propostas agora em análise.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde.-----

----- Apreciamos agora Proposta 787/CM/ 2019 que prevê a redução do capital social e alteração dos Estatutos da Carris. -----

----- Esta proposta virá finalmente resolver o incumprimento que a Carris tinha desde que foi transferida para a Câmara, e digo finalmente, não por ser inevitável a solução por esta via, digo, finalmente, pois a Carris transitou para o universo da Câmara a 1 de fevereiro 2017 e foram precisos quase três anos para ser apresentada uma solução. -----

----- O PPM apontou este problema na discussão das contas de 2017 e de 2018, e ainda agora na discussão do orçamento do próximo ano voltou a sinaliza-lo não só em reunião de Comissão, como na reunião que teve com o Senhor Vice-presidente na apresentação do mesmo orçamento ao abrigo do estatuto da oposição. -----

----- Ou seja, foram muitos avisos, mas foram precisos quase três anos para a solução chegar, percebe-se agora o porquê? Esperando que a situação das contas melhorasse permitindo fazer este acerto contabilístico. Estamos a falar da necessidade de cumprir o definido no Artigo n.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, a existência de rácio superior a 50% entre capitais próprios e capital social. -----

----- Ora, a Carris apresentou um rácio de 22% em 2017 e de 25% em 2018 para 2019 está previsto um rácio de 29% e a previsão para 2020 não ir além de 32%, tudo isto muito longe dos 50% exigidos, sendo por isso necessária transferência da Câmara Municipal ou reforço de capital para cumprimento do Artigo n.º 40º do regime

jurídico da atividade empresarial local e das participações locais ou através da alternativa agora apresentada, uma redução que permita atingir os 50%. -----

----- Apesar de termos recorrentemente reclamado, a verdade é que esta situação não foi até hoje resolvida.-----

----- A solução agora apresentada passa pela redução de capital de duzentos e vinte milhões e seria importante e útil, obter a simulação do impacto a nível dos ativos e de todos os rácios da Câmara para perceber todas as suas implicações, ora, tal não parece que tenha sido ainda feito! Não se percebe ainda porque não foi resolvido o assunto aquando da apresentação do orçamento e plano de atividades recentemente aqui discutido. E pela parte do PPM levantamos este tema em todas as sedes em que temos assento, atentos à reserva expressa, também, em tempo pelo auditor e só podemos concluir que a Câmara não fica bem na fotografia com atraso da sua resolução! -----

----- Apesar de caber, naturalmente, à administração da Carris a apresentação de uma solução, achamos que a Câmara não fez tudo o que estava ao seu alcance para o resolver, aliás, foi o próprio Senhor Vice-presidente, que, em discussão de Câmara o admitiu.-----

----- A solução apresentada agora resolve contabilisticamente o incumprimento, mas a verdade é que este acerto se traduz numa desvalorização da empresa. Uma redução de capital numa empresa pode significar muita coisa, mas há uma que certamente não reflete, o reforço da sustentabilidade financeira desta empresa. -----

----- Bem sei que agora faz parte do universo da Câmara e quando foi transferida do Universo do Estado a dívida ficou lá, mas ainda assim, se fosse a solução óbvia, porque demoraram quase três anos a insertá-la? São muitas as perguntas e dúvidas que merecem certamente uma resposta por aqueles que passam a vida a queixar-se do atraso dos outros, como fez a semana passada o Senhor Presidente sobre o Tribunal de Contas.-----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Não tenho mais ninguém inscrito, portanto, pergunto à Câmara se quer dizer alguma coisa?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim! Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- O Vereador Miguel Gaspar e depois eu próprio, para terminar, muito obrigado!”--

----- **O Senhor Vereador, Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, muito boa tarde a todos.-----

----- E eu julgo que, no tema dos financeiros, o Senhor Vice-presidente terá muito gosto em responder a estas questões, portanto, de não irei falar sobre elas, mas sobre a intervenção do PSD, eu gostava de sinalizar o registo.-----

----- O PSD já não defende a privatização da Carris, já não fala dos tempos em que o plano para a Carris era uma operação da Carris a privados com uma rede que não podia ter mais do que 5% da rede tinha em 2016. Já, Senhor Deputado? Hoje foi muito rápido! -----

----- Já do tempo em que a Carris não podia operar com mais do que 5% de uma rede, porque estava concionada a privados e onde o plano do PSD era a Carris a operar com autocarros diesel usados.-----

----- Ora, vem o Senhor Deputado do PSD dizer que, porque a Câmara está a reforçar aquilo que é o pagamento das obrigações, ou seja, sinal que estamos a conseguir investir na Carris ao ritmo mais forte do que o esperado, renovar a frota a um ritmo mais rápido do que o esperado, contratar pessoas a um ritmo mais rápido do que o esperado, vem o Senhor Deputado do PSD criticar aquilo que a opção, por exemplo, aquilo que é aquisição da frota da Carris. -----

----- O Senhor Deputado tem obrigação de saber que existem já contratos celebrados para o fornecimento de autocarros elétricos e posso informa-lo Senhor Deputado que até já circularam na cidade de Lisboa em testes e estão nestes momentos a terminar a fase equipamento para poder circular nas carreiras normalmente na Carris.-----

----- Também, Senhor Deputado, penso que não está a propor que a Câmara incumpra com o CCP (Código dos Contratos Públicos) e como tem, também, obrigação de saber que já foi a esta Assembleia várias vezes, o contrato dos elétricos está na rua, está em fase adjudicação e todos os concorrentes têm pleno direito de defesa das suas propostas, portanto, acho um exagero de linguagem vir dizer aquilo que está atrasado, eu acho que o PSD tem é vergonha do projeto que tinha para a Carris e pelos vistos já não tem.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, só para terminar e dado que o clima é um clima de Natal, que o pai Natal deve estar aí a chegar e o pai Natal é vermelho, recordo a todos o pai Natal é vermelho. -----

----- Mas só para a vos dizer que, de facto, quem ouvir algumas destas intervenções, vai pensar que a Carris passou por uns graves momentos de dificuldades, enormes, porque não cumpria todos os requisitos da Lei das Sociedades Comerciais. -----

----- É certo que com algumas imprecisões foi dito que era uma situação e que é verdade, que persistia desde do primeiro dia que a Câmara assumiu a Carris. Só falta dizer que há muitos e muitos anos quando a empresa estava no Estado, Senhora Deputada a situação era exatamente a mesma, com uma nuance, é que agora o Município de Lisboa exige da Carris o cumprimento das obrigações de serviço público, mas paga para ela as exercer. -----

----- E, portanto, como paga as contas estão equilibradas, não há dívida, não houve acréscimo de dívida e com apenas uma pequena operação contabilística que esteve só à espera de estabilizar o processo de passagem do Estado para o Município, mas também é verdade e aí foi preciso Senhora Deputada que eu próprio tenho alguma responsabilidade e não ter sido trazido em vez em dezembro, em março deste ano que

foi quando a solução foi apresentada e, portanto, e ai penalizo-me eu, mas até aí foi apenas uma questão de estabilização do processo de passagem da Carris para o Município, sem que daí tenha vindo nenhum mal ao mundo, a empresa continuou a funcionar cada vez melhor, cada vez investir mais e, portanto, não faz sentido!-----

----- Quem ouvir este debate parecia que havia aqui um grande problema, não há problema nenhum, tanto que não há que com uma mera operação contabilista está resolvido. Pela primeira vez em muitos e muitos anos de história da Carris. -----

----- Já agora vejam lá, quantas empresas há por aí nossas não temos nenhuma, mas quantas empresas há por aí que têm este desequilíbrio, públicas e privadas?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton, o Senhor Deputado tem cedência de tempo do PPM.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputado, Senhores Vereadores.-----

----- Tenho necessidade de fazer aqui uma intervenção, uma vez que aquilo que o Senhor Vereador da Mobilidade quis fazer aqui um ensaio de memória, mas, de facto, a sua juventude impede-lhe muitas vezes de fazer aqui a precisão na intervenção que lhe permite recuperar aquele que foi o debate nesta Assembleia Municipal sobre o tema em concreto, o tema Carris e, portanto, como é jovem nestas coisas e, como, enfim, não tem esta memória de tantos processos.-----

----- Eu sugeria-lhe que da próxima vez antes de fazer qualquer intervenção dirigindo-se aqui ao PSD da Assembleia Municipal, façam um favor, estude! Veja qual é a posição que de forma muito clara foi assumida pelo PSD na cidade de Lisboa relativamente à Carris, antes de vir aqui fazer, eu diria, se calhar, tentando entrar no espírito natalício do Senhor Vice-presidente, vir aqui comer muitos doces, distribuir muitos queijos e, se calhar, preparar já para cortar o bolo-rei.-----

----- Não falo das festas e de lançar os foguetes, porque ainda vamos ter tempo de discutir isso na intervenção do PAN, mas dizer-lhe que sobre esta matéria Senhor Vereador convém estudar e preparar-se antes de vir falar sobre o que é que o PSD defende no âmbito da municipalização da Carris nesta Assembleia Municipal. E dou-lhe já uma primeira dica, estive na primeira linha da defesa da municipalização da Carris nesta Assembleia Municipal, Senhor Vereador e, portanto, sobre essa matéria não lhe reconheço qualquer autoridade, nem política e muito menos histórica.-----

----- E que fique claro, da intervenção do Francisco Domingues, a principal preocupação que o PSD aqui tem, não é de inviabilizar aquilo que, “quando torto nasce tarde se endireita”! Mas a nossa única preocupação aqui no mecanismo de votação nesta proposta, aliás, destas duas propostas na Assembleia Municipal é não obstaculizar a que a Câmara possa desenvolver durante os próximos tempos, aquilo que ainda não desenvolveu nos últimos tempos para reforçar a qualidade do serviço da

Carris à cidade e para dotar finalmente Lisboa e os lisboetas de um verdadeiro serviço público de mobilidade na cidade de Lisboa. Algo que o Senhor com os seus discursos, todos muito fervorosos, apesar de tudo na dimensão executiva ainda não conseguiu entregar. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 787/CM/2019**. Votos contra do PCP e PEV, abstenções do PSD, CDS-PP, BE, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PAN, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 787/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 896/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, BE, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, PAN, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 896/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 791/CM/2019 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITAS NA FREGUESIA DO AREEIRO, PARA CONCRETIZAÇÃO DO ACORDO OUTORGADO ENTRE A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E O MUNICÍPIO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1993, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Proposta 791/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIX** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissões Permanentes**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Ponto 5, Proposta 791/CM/2019 - Desafetação de domínio público ou domínio privado do Município de duas parcelas de terreno sitas na Freguesia do Areeiro para

concretização do Acordo outorgado entre Caixa Geral de Depósitos e o Município em 6 de setembro de 1993.-----

----- O Relator desta Proposta é o Senhor Deputado Luís Newton. Senhor Deputado não está presente! Presumo que também não queira apresentar a Proposta. -----

----- A Câmara quer usar da palavra sobre esta Proposta 791? Prescinde. -----

----- O Relator também prescindir. -----

----- Temos alguém inscrito? Não, há ninguém inscrito.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 791/CM/2019**. Não há votos contra, abstenção do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 791/CM/2019** foi **aprovada por maioria**.

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário.) -----

----- **6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 793/CM/2019 – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DE SEIS PARCELAS DE TERRENO SITAS NA RUA RIBEIRA DE ALCÂNTARA, CALÇADA DOS MESTRES E RUA DO OLIVAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Proposta 787/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXI** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Agora a Proposta 793/CM/2019, Afetação ao domínio público Deis parcelas de terreno sitas na Rua Ribeira de Alcântara, Calçada dos Mestre e Rua do Olival. -----

----- A Câmara quer apresentar esta Proposta 793? Prescinde.-----

----- O Relator é Senhor Deputado Rui Costa, quer apresentar? Prescinde.-----

----- Pergunto se há alguém inscrito? Não há ninguém inscrito.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 793/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, da Deputada Municipal

Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 793/CM/2019** foi aprovada por unanimidade.-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário.) -----

----- **7. APRECIACÃO DA PROPOSTA 792/CM/2019 – RETIFICAÇÃO DA ÁREA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO A FAVOR DO GRUPO DESPORTIVO DE DIREITO, NO PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO ARTIGO 174.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 07 DE JANEIRO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A **Proposta 792/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Agora a Proposta 792/CM/2019, Retificação da área do direito de superfície constituído a favor do Grupo Desportivo de Direito, no Parque Florestal do Monsanto.

----- A Câmara quer apresentar esta Proposta? Não quer. -----

----- O Relator é o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, quer apresentar? Também não quer. -----

----- Temos alguém inscrito? Não.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 792/CM/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 792/CM/2019** foi aprovada por unanimidade.-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário.) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “O PEV vai apresentar uma Declaração de Voto.” -----

----- **O Grupo Municipal do PEV**, apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “***DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES***-----

----- ***RELATIVA À PROPOSTA N.º 792/2019***-----

----- Na 94ª reunião da AML, realizada no dia 10 de Dezembro de 2019, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou a favor da Proposta nº 792/2019 - Rectificação da área do direito de superfície constituído a favor do Grupo Desportivo de Direito, no Parque Florestal de Monsanto -, por estarmos perante uma correcção de um erro material a que se impunha proceder. -----

----- No entanto, esta votação em nada altera a posição que o PEV assumiu aquando do abate de árvores no Parque Florestal de Monsanto para a construção do campo de rugby do Grupo Desportivo de Direito e que motivou, na altura, várias intervenções e requerimentos. -----

----- Os Verdes reiteram que são defensores da prática desportiva, considerando de extrema importância a promoção de iniciativas e condições para essas actividades. No entanto, consideramos que o abate de árvores deve ser evitado e a Assembleia Municipal de Lisboa já aprovou inúmeras recomendações sobre a preservação do Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Desta forma, Os Verdes nada têm a opor ao objecto da referida proposta, mas salientam a sua oposição ao abate de árvores para construção do campo de rugby em causa. -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 10 de Dezembro de 2019-----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes -----

----- Cláudia Madeira -----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- **8. APRECIACÃO DA PROPOSTA 728/CM/2019 – PERMUTA DO PRÉDIO PARTICULAR SITO NA PRAÇA DA ALEGRIA, Nº S 54 A 57, PELA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL COM A ÁREA DE 497M² SITA NO RECINTO DO PARQUE MAYER, CORRESPONDENTE AO DENOMINADO LOTE G01 DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE MAYER, JARDIM BOTÂNICO E ZONA ENVOLVENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Proposta 728/CM/2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXV e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, fica anexado a esta Ata, como Anexo XXXVI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Ponto 8, Proposta 728/CM/2019, Permuta do prédio particular sito na Praça da Alegria, n.ºs, 54 a 57, pela parcela de terreno municipal com a área de quatrocentos e noventa e sete metros quadrados, sito no recinto do Parque Mayer, correspondente ao denominado Lote G01 do Plano de Pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico e zona envolvente. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar? Não. -----

----- O senhor Deputado Paulo Muacho, Relator, também, não quer e não há ninguém inscrito.”-----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 728/CM/2019**. Votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, abstenções do BE, PAN e do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PS, PCP, PEV, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 728/CM/2019** foi aprovada por maioria. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, e da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves da Sala de Plenário.) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “O CDS-PP vai apresentar uma Declaração de Voto por escrito ou oral? Por escrito, muito bem!” -----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- **9. APRECIACÃO DA PROPOSTA 872/CM/2019 – PERMUTA DO PRÉDIO PARTICULAR SITO NA RUA DA ESTRELA, Nº 8, PELO PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA FRANCISCO METRASS, NºS 48 E 48A, PARA INSTALAÇÃO DO FUTURO CENTRO DE SAÚDE DE CAMPO DE OURIQUE, EM EXECUÇÃO DO PREVISTO NO ACORDO “LISBOA, SNS MAIS PRÓXIMO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A **Proposta 872/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXVII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente**, fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXXVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Proposta 008/DM IND Rui Costa/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIX** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Ponto 9, Proposta 872/CM/2019, Permuta do prédio particular sito na Rua da Estrela, nº 8, pelo prédio municipal sito na Rua Francisco Metrass, nºs 48 e 48A, para instalação do futuro Centro de Saúde de Campo de Ourique, em execução do previsto no Acordo “Lisboa, SNS mais Próximo”. -----

----- Portanto, a Câmara quer apresentar a proposta? Prescinde. -----

----- Há um relatório do Senhor Deputado Francisco Rodrigues Santos do CDS quer apresentar o relatório? Não, prescinde e há uma proposta do Senhor Deputado, Rui Costa que, o Senhor Deputado quer apresentar a sua Proposta n.º 008/DM IND Rui Costa/2019.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator da Proposta nº 008/DM Rui Costa/2019:-

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente e Vice-presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----
----- Votamos esta proposta que a Câmara Municipal nos apresenta aqui hoje, depois de há poucos meses termos prescindido de um prédio a cerca de trezentos metros deste que agora vai ser permutada favor da Câmara, termos prescindido desse espaço como espaço de equipamentos quando a isso não éramos, obrigados! Refiro-me à votação do PDM, da alteração simplificada para as instalações do antigo hospital militar mesmo fronteira à Basílica da Estrela.-----
----- Entendi na altura e continuo a entender hoje, aliás, de uma forma ainda mais reforçada que foi uma má opção, tendo em conta a escassez de áreas para equipamentos nessa zona, tendo em conta a imediação de um monumento nacional que é Basílica da Estrela. E tendo em conta, também, que se valorizou gratuitamente património do Estado colocando o município em má posição negocial para a aquisição daquele imóvel.-----
----- Assim, sem prejuízo da proposta que hoje aqui vem da Câmara Municipal, entendi ser meu dever apresentar uma proposta simultaneamente a Câmara e de reivindicação, também, junto do Governo e da Assembleia da República, a propósito da Gestão do Parque Imobiliário Público, em especial o da Administração Central.-----
----- Lisboa tem vários prédios da Administração Central, como outros municípios e entendemos que as autarquias até por força da Carta Europeia da Autonomia Local devem ser ouvidas sobre decisões de Administração e disposição deste património imobiliário da Administração Central. E entendemos, também, que a Lei deve consagrar medidas para que os municípios ou as autarquias possam adquirir esses prédios se desocupados em condições mais vantajosas.-----
----- Por fim, entendemos que a Câmara Municipal depois de nos vir aqui apresentar e, aliás, contou que o meu voto favorável a proposta de descentralização de competências em matéria de Gestão do Parque Imobiliário do Estado, em relação aos prédios desocupados tem um especial dever de estudar os modos de utilização desse mesmo património, e tem o dever de solicitar ao Governo a sua utilização para equipamentos e políticas públicas municipais.-----
----- Todos conhecemos os problemas que a cidade atravessa com a habitação, todos conhecemos os problemas que a cidade atravessa com a especulação imobiliária e todos conhecemos os problemas que a cidade em algumas zonas tem para instalar equipamentos coletivos.-----
----- O que pedimos à Câmara é que cumpra o seu dever e o seu compromisso na política de descentralização de competências na Gestão de Património Imobiliário do Estado e o que pedimos ao Estado Central através do Governo e da Assembleia da República é que, assumam uma posição privilegiada que as autarquias devem ter e o seu direito de participação ainda que consultiva nas políticas de Gestão do Património Imobiliário da Administração Central.-----
----- Obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós vamos abster-nos nesta Proposta, porque também já nos abstivemos no processo anterior, porque entendemos que se trata de uma questão da responsabilidade do Governo Central que não deve ser a Câmara Municipal assumir, ou seja, deparamos com a situação em que o Estado Central, o Governo e a Estamo (Estamo Participações, S.A), vendem património a privados e depois de Lisboa, o Município é que tem em vir resolver espaços para Centros de Saúde e outras matérias, portanto, apoiando o Estado Central a desviar mais dinheiro, sabe-se lá para onde! Estamos em desacordo, portanto, vamos abster-nos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “O PPM cede tempo ao MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caso seja necessário!-----

----- Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Em 2017 a Câmara Municipal de Lisboa assina o Protocolo, “Lisboa, SNS mais próximo” que previa a construção de catorze novos Centro de Saúde até 2020. -----

----- Em Março do corrente ano o Vereador, Manuel Salgado em declarações à comunicação social, afirmava e passo a citar: “Três dos catorze Centros só estarão terminados no início de 2021, mas assegura que os restantes projetos estão bastante avançados, bem como, todo o procedimento fazer programas, fazer projetos, aprovar projetos, rever projetos, lançar empreitadas, com exceção dos três Centros de Saúde. Estes Centros de Saúde em atraso são o de Telheiras, Campo de Ourique e Ribeira Nova”, fim de citação. -----

----- A proposta que a Câmara hoje aqui nos trás para análise, diz respeito a uma permuta do prédio particular sito na Rua da Estrela número 8, pelo prédio municipal sito na Rua Francisco Metrass n.ºs 48 e 48A para instalação do futuro Centro de Saúde de Campo de Ourique. -----

----- Nos considerandos da Proposta é referido que o Município de Lisboa não dispõe de imóvel com características adequadas à instalação do futuro Centro de Saúde na Freguesia de Campo de Ourique ou em zonas próximas e que na realizada procura

demarcada não foi também possível identificar na zona de abrangência do futuro, equipamento saúde ou outros imóveis com perfil adequado ao pretendido ao uso e em condições que pudessem ser ainda mais favoráveis ao interesse público Municipal.-----

----- Ora, como já foi aqui referido pelo colega Rui Costa, isto, de facto, não é verdade! -----

----- E sendo assim, a solução encontrada por este Executivo Camarário foi precisamente a permuta de um prédio Municipal sito na Rua Francisco Metrass por um imóvel particular sito na Rua da Estrela número 8, como já disse, tendo o Município ainda que pagar à proprietária do prédio a permutar o montante de duzentos e setenta e oito mil e trezentos euros, ou seja, dinheiro que é do erário do Município, isto é como quem diz do bolso dos lisboetas! -----

----- E para que conste caros colegas o MPT, que sempre defendeu a urgente e necessária construção de novos Centros de Saúde na nossa Lisboa, de forma a colmatar as falhas graves e danosas nos Centros Hospitalares possibilitando a todos o acesso aos cuidados primários, gestão esta que, neste momento, de facto, não compreendemos e que gostaríamos de questionar este Executivo. -----

----- Até porque temos conhecimento, como já foi também aqui referido pelo colega a Rui Costa, um pouco mais a baixa, cerca de trezentos metros existe um outro a prédio, deste prédio a permutar existe um outro imóvel, este sim propriedade do Estado que, é o antigo Hospital Militar e que creio que possui as características necessárias, os requisitos necessários para, de facto, se fazer colmatar estas carências e fazer parte da proposta que foi apresentada aqui. -----

----- Senhor Vice-presidente a pergunta que nos oferece fazer é, porque é que este imóvel não foi equacionado para suprir esta necessidade dos lisboetas, que é adequar aquela zona da cidade com um Centro de Saúde adequado e há tantos anos prometidos e ao invés a Câmara decide recorrerem a esquema ou estratégia que acarreta mais despesa e que entendemos que poderia ter sido evitado.-----

----- Caros colegas como se costuma dizer, “não vale a pena chorar sobre leite derramado” e, por isso o MPT que para não prejudicar a realização de uma aspiração dos lisboetas votará a favor desta proposta. Não deixando, no entanto, de criticar e deixar aqui a nossa crítica à solução adotada, esperando que de futuro a Câmara Municipal de Lisboa seja mais criteriosa com a gestão dos dinheiros dos contribuintes a bem da nossa Lisboa e dos nossos lisboetas! -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, Independente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Segundo foi informado, o Senhor Deputado Miguel Graça além do seu tempo próprio usará o do Senhor Deputado António Avelãs, Teresa Craveiro, Joana Alegre, José Alberto Franco e Ana Gaspar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores e caros, colegas Deputados.-----

----- Relativamente a esta Proposta 872/CM/2019 que se refere provar e submeter Assembleia Municipal a permuta do prédio particular, sito na Rua da Estrela n.º 8 pelo prédio Municipal sito na Rua Francisco Metrass n.ºs 48 e 48A, a instalação do futuro Centro de Saúde de Campo de Ourique.-----

----- Declarar desde já que os Deputados Municipais Independentes, “Os Cidadãos por Lisboa” irão votar a favor da Proposta, aliás, porque em matéria de saúde, como é sabido compete à Câmara Municipal apoiar atividades que visem a sua promoção e, também, na sequência do que foi celebrado em março de 2017, a saber o acordo de colaboração, “Lisboa, SNS mais próximo” que, precisamente visa a construção e requalificação global de infraestruturas equipamentos de saúde primários no concelho de Lisboa, mais propriamente a construção ou adaptação de catorze unidades de saúde e sendo e que uma destas novas unidades se localizará precisamente nesta zona de Campo de Ourique. -----

----- É dito pelo Município de Lisboa que não dispõe de um imóvel com características adequadas à instalação do futuro Centro de Saúde nesta freguesia ou em zonas próximas e agora aqui para nós, precisamente, a doutrina diverge, aliás, como já foi dito por vários Deputados Municipais.-----

----- Esta é uma situação que poderia ter tido outra alternativa, aliás, quando da discussão da alteração simplificada do PDM da zona da Cerca do Convento da Estrela, era possível ter reservado nesta área uma zona para este Centro de Saúde e lembro-me até que na discussão da Proposta n.º 85/2019 que, precisamente pedia aprovação desta alteração simplificada do PDM na 3ª Comissão, esta discussão e se bem me recorde foi em junho deste mesmo ano, eu próprio me lembro ter perguntado ao então Vereador Manuel Salgado, quais é que seriam as contrapartidas que o Município de Lisboa poderia precisamente ter com a aprovação de uma alteração simplificada do PDM que, permitiria ao Ministério da Defesa Nacional libertar estes terrenos do domínio militar para o podermos mudar o seu uso para habitação. E foi claramente perguntado ao então Vereador Manuel Salgado, se a Câmara Municipal de Lisboa tinha ou não alguma necessidade naquela zona em termos de equipamentos e a resposta que foi dada é que não havia necessidades. -----

----- Ora veio-se a verificar precisamente o contrário passados estes meses e julgamos que esta é uma situação, obviamente que não deveria ter decorrido desta forma e por esta razão antes de mais gostaríamos de lembrar uma recomendação que os próprios Deputados Municipais Independentes “Cidadãos por Lisboa”, apresentaram aqui em janeiro de 2018, que pedia atualização das Cartas de Equipamentos da cidade de Lisboa, mais propriamente da Carta Educativa, da Carta de Equipamentos de Saúde,

Carta do Desporto, Orientações Estratégicas de Equipamentos Sociais das Crianças e Bibliotecas XXI, precisamente porque o cruzamento destas Cartas de Equipamentos com os atuais e vigentes instrumento de gestão territorial e com os programas que estão pensados e a ser levados a cabo pelo município é do cruzamento desta informação precisamente que, podemos fazer um planeamento eficaz da cidade. -----

----- Ora o facto de não termos, de facto, estas Cartas de Equipamento atualizadas e de não as ter cruzado é a causa em que erradica todo este problema, porque poderia ter-se evitado esta solução que se vem aqui tomar e que se vem aqui propor e que como já dissemos, iremos votar a favor, porque achamos que é um desígnio do Município fazê-lo, mas, de facto, denota aqui algo que precisa de ser ultrapassado e melhorado e portanto relembramos aqui esta recomendação que para nós continua por cumprir e que é extremamente importante.-----

----- Gostaríamos, também, de dizer que em boa hora, também, saudamos a iniciativa do Deputado Municipal Independente Rui Costa, até porque complementarmente ainda que tínhamos aqui algumas ressalvas, achamos que é positivo o contributo complementar a esta reflexão que foi já feita até pela 3ª Comissão que, de facto, é importante que a Câmara Municipal em paralelo desenvolva estudos com vista à utilização do património imobiliário do estado que se encontra situado no Município de Lisboa para políticas públicas, aliás, até relembrava que a própria 3ª Comissão na reunião de junho deste ano, nessa mesma reunião recomendou à Câmara eventual requisição para fins de construção de habitação de renda acessível ao abrigo do PAA (Plano de Renda Acessível) e do PER (Plano Especial de Arrendamento), precisamente neste sentido.-----

----- Assim como concordamos com os restantes pontos e particularmente com o estabelecimento direito de preferência das autarquias locais que achamos poderia ser um passo positivo neste sentido.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, Independente.”

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -

----- Apenas para recordar que, e dado que estamos numa proposta que pressupõe a permuta de um prédio municipal devoluto, recordar que esta Assembleia continua à espera que a Câmara divulgue a listagem do seu património devoluto. -----

----- Há uma recomendação que eu próprio apresentei nesta Assembleia que foi aprovada no dia 25 de junho, a solicitar essa informação e continuamos à espera como estamos à espera desde o início do mandato por essa informação.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Não temos mais nenhum Senhor Deputado inscrito, não sei se a Câmara quer acrescentar alguma coisa?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Esta proposta, a única coisa que a Câmara tem para dizer, neste momento, é que ela cumpre aquilo que o Município se comprometeu com o Ministério da Saúde, que é realizar todas as operações necessárias para que o programa que vai permitir construir um conjunto de Centros de Saúde e modernizar toda a rede de Centros de Saúde da cidade de Lisboa, em que o Município de Lisboa se está a empenhar, possa ser executado o mais rapidamente possível e nas melhores condições e é disso que se trata e é isso que vai acontecer neste caso.-----

----- Esta era a solução de todas aquelas que foram aventadas e outras que foram consideradas na altura para estudo, esta era a solução economicamente mais vantajosa para o Município, quer do ponto de vista da permuta, quer do ponto de vista dos calendários que lhe estavam associados e, portanto, foi por esta que fizemos opção em benefício de que os munícipes possam ter no mais o curto espaço de tempo possível mais um Centro de Saúde nas melhores condições.”-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vice-presidente.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 872/CM/2019**. Não há votos contra abstenções do PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 872/CM/2019** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Fernando Manuel Pacheco Rosa (PSD) não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, e da Sala de Plenário.)-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 008/DM IND Rui Costa/2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal

Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 008/DM IND Rui Costa/2019** foi aprovada por unanimidade.-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário.) -----

----- **10. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; GRELHA BASE: 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:**-----

----- **10.1. APRECIACÃO DA ALÍNEA A) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 761/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2019, 2020 E 2021, PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR PRECOCE, DESIGNADO DE “SECUNDÁRIO PARA TODOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- **10.2. APRECIACÃO DA ALÍNEA A) DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 762/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS 2019, 2020 E 2021, PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR PRECOCE, DESIGNADO DE “SECUNDÁRIO PARA TODOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- **10.3. APRECIACÃO DO PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 843/CM/2019 - ALTERAÇÃO À REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS DE 2019, 2020 E 2021, NO ÂMBITO DA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO TORREÃO POENTE DA PRAÇA DO COMÉRCIO PARA O NÚCLEO DO MUSEU DE LISBOA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 18º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO;**-----

----- (A **Proposta 761/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo L** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta 762/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta 843/CM/2019** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Vamos agora entrar no Ponto 10, chamo a atenção dos Senhores Deputados, portanto, é a Proposta 761, 762, 843 relativamente a este ponto, gostava de referir que o Senhor Deputado Ricardo Moreira está impedido nos pontos nos Pontos 10.1 e 10.2, portanto, pergunto à Câmara se quer apresentar as propostas? Prescinde. -----

----- Vamos passar aos Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos novamente.-----

----- Relativamente à Proposta 843/CM/2019 gostaríamos de referir seguinte. O Torreão Poente da atual Praça do Comércio é na realidade e desde da sua construção do primitivo torreão riscado por Filippe Tersi no século XVI, o ex-libris da cidade de Lisboa. Esse torreão primitivo era de tal forma emblemático que todas as representações da cidade de Lisboa entre o século XVI e o terremoto 1755 são inconfundíveis, o torreão marca da cidade e o seu próprio símbolo e de tal forma Stone se tornou um marco arquitetónico que serviu de inspiração a Frederico Ludovice na construção do Palácio de Mafra como também foi duplicado após o seu desaparecimento com a catástrofe de 1 de Novembro de 1755 na Praça do Comércio e também até no Palácio da Ajuda.-----

----- Após um genial processo de construção sobre estacas de maneira a roubar espaço ao rio já que o Terreiro do Paço original acabava na zona onde é hoje a estátua de El Rei Dom José I, a reconstrução do torreão terciando recompôs a dignidade da Praça do Comércio transformando-a numa das mais amplas e magníficas praças a nível mundial.-----

----- Ora, devido às várias obras do metro em Lisboa, o torreão poente deu de si ao ponto que aquele braço arquitetónico arqueou e o torreão afundou, infelizmente, com tal profundidade que é visível a olho nu, como tal, obras em 2009, nomeadamente no primeiro trimestre desse ano de requalificação desse espaço com o reforço de mais 27 estacas entre outras obras menores e cerca de dois milhões euros.-----

----- Mas tal como foi dito na comunicação social à época, essas obras foram consideradas com tal qualidade que deu-se-lhes uma garantia de cem anos, afinal, repito, cem anos! A final, uma década apenas devolvida a garantia subiu, porque são necessárias mais obras de requalificação, para além das de adaptação ao conceito museológico tão necessário à cidade.-----

----- Senhores Deputados, não podemos brincar com o património e às garantias das obras, temos sim de respeitar os compromissos e pedir responsabilidades! Pedi à

Câmara Municipal que controlasse essas obras que agora terão início, porque mais do que custos está em causa a manutenção do nosso património e também as nossas vidas já que esta é uma zona sísmica e não podemos fazer de conta que nada poderá acontecer, temos de nos precaver e consolidar as obras segundo as medidas de segurança próprias estaremos alertas este compromisso e pedimos à Assembleia Municipal, bem como, à Câmara Municipal que reforcem a sua atenção a este assunto.

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Na continuidade, um pouco da intervenção anterior e ultrapassando apenas a questão da obra, nós gostaríamos de saber no fundo o conteúdo do núcleo do museu relativamente, ao torreão e porquê? São documentos desde 1992 do primeiro plano estratégico da cidade de Lisboa, onde é identificada a urgência de se efetuar núcleo pombalino, dando testemunho da singularidade e da importância do pombalino em Portugal, em Lisboa, naquilo que tem uma visão estratégica de desenhos, gestão e até articulação com público e privado que levou do Professor José Augusto França, a identificação da grande modernidade do momento. -----

----- Daí nós perguntamos se o conteúdo deste núcleo museu, ele vai ter de aproveitar o acervo da exposição 2008 reconhecida nacional e internacionalmente como uma pesquisa de vários comissários científicos, para que efetivamente possamos, também, quando chegamos à baixa e ao Terreiro do Paço podermos comungar desse momento e partilhá-lo com quem nos visita, relativamente à cidade na consolidação dos tais mundo núcleos museológicos que falámos há bocado que a cidade precisa e merece. ---

----- Portanto, gostaríamos de saber o conteúdo, ultrapassando as exposições efémeras, os debates que são importantes, mas que se podem realizar noutro lado e que é preciso encontrar no Terreiro do Paço. Lembrando que São Luís do Maranhão está classificado como Património Mundial pela UNESCO com uma alínea dizendo, porque é semelhantes, apesar de ser menos, semelhante à Baixa Pombalina e a Baixa Pombalina até hoje não teve qualquer classificação como Património Mundial quando está identificada há três décadas essa urgência.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não há mais inscritos, pergunto à Câmara se quer usar da palavra?” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----
----- De facto, o projeto conteúdos de reabilitação interna não está ainda totalmente desenvolvido, mas a ideia é precisamente ter uma componente de interpretação no centro histórico da Baixa Pombalina e, sobretudo, os pisos superiores serem os pisos de exposições e que poderão acolher diversas exposições temporárias sobre a cidade de Lisboa ou quando estiver concluído se efetivamente o programa museológico daremos conhecimento à Assembleia Municipal, sendo que uma das pessoas que integram conselho consultivo do Museu de Lisboa é precisamente a Professora Ana Tostões, que foi a Comissária da Exposição de 2008.-----
----- Muito obrigada.” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vamos passar, portanto, à votação proposta a propostos e eu vou dizendo também que, neste caso há retificações a fazer, vou comunicar as retificações, portanto, a relativamente a Proposta 761/CM/ 2019, portanto, vamos votar alínea a) da parte deliberativa esta proposta tem a ver com autorização da assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para os anos de 2019, 2020 e 2021 para a celebração de protocolo com a Fundação Aga Khan, no âmbito Programa Municipal de Prevenção do insucesso e abandono escolar precoce designado de “Secundário para todos” esta proposta tem alguns erros materiais que se corrigem no Protocolo de Colaboração,-----
----- 1 - no Ponto 6 da Cláusula 15ª onde se lê “(...) constitui encargos para os anos económicos de 2019, 2020 e 2021 (...)” deve ler-se que “(...)constitui encargos para os anos económicos de 2020 e 2021 (...)”. -----
----- 2 - no Ponto 7 da Cláusula 15ª deve ser retirado, deve ser renumerados os pontos subsequentes da mesma cláusula. -----
----- 3 - O anterior Ponto 1, o atual 9 da cláusula, 15ª onde se lê “(...) ao encargo referente ao ano económico de 2019encontra-se associado o compromisso n.º....., ao encargo referente ao ano económico de 2020 (...)” deve ler-se (...) Ao encargo referente o ano económico 2020 (...).”-----
----- Vamos passar à votação **da Proposta 761/CM/2019**. Não há votos contra abstenções do PCP e PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 761/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----
----- (O Senhor Deputado Municipal ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira (BE) não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- Vamos passar a Proposta 762/CM/2019, apreciação da alínea a) da parte deliberativa da Proposta 762/CM/2019 - Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos, para os anos de 2019, 2020 e 2021, para a celebração de protocolo com a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica, no âmbito Programa Municipal de Prevenção do insucesso e abandono escolar precoce designado de “Secundário para todos” esta proposta tem alguns erros materiais que se corrigem no Protocolo de Colaboração. -----

----- Também há aqui erros matérias a corrigir, na Proposta 762/CM/2019, no Protocolo de Colaboração,-----

----- 1 – no Ponto 7 da Cláusula 15ª, onde se lê “(...) constitui encargos para os anos económicos de 2019, 2020 e 2021 (...)” deve ler-se “(...)constitui encargos para os anos económicos de 2020 e 2021 (...)”.-----

----- 2 - no Ponto 7 da Cláusula 15ª deve ser retirado, deve ser reenumerados os pontos subsequentes da mesma cláusula. -----

----- 3 - O anterior Ponto 1, o atual 9 da cláusula, 15ª onde se lê “(...) ao encargo referente ao ano económico de 2019 encontra-se associado o compromisso n.º...., ao encargo referente ao ano económico de 2020 (...)” deve ler-se (...) Ao encargo referente o ano económico 2020 (...).”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 762/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, MPT e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 761/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira (BE) não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.)-----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário.)-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 843/CM/2019**. Não há votos contra, abstenções do PSD e MPT, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui

Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Proposta 843/CM/2019** foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar da Sala de Plenário.)-----

----- **11. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 095/01 (PAN) - PELA UTILIZAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO SILENCIOSOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS.**-----

----- (A **Recomendação n.º 095/01** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Antes de entrarmos no último ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje, eu peço desde já aos Senhores Deputados que depois da votação deste último ponto não abandonem a sala, porque temos o grupo coral que além de funcionários desta Assembleia temos, também, ilustres Deputados que vão participar no coro e a anterior Presidente desta Assembleia.-----

----- Vamos passar ao Ponto 11. -----

----- Eu ainda queria chamar a atenção do seguinte, o Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa do PSD não votou na Proposta 872/CM/2019 por estar impedido de o fazer. -----

----- Agora vamos assim passar apreciação do Ponto 11, Recomendação n.º 95/01 do PAN – Pela utilização de fogos-de-artifício silenciosos, portanto, pelo Senhor Deputado Miguel Santos deve com certeza apresentar esta recomendação. -----

----- Faça favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de relator:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- O tema que apresentamos na presente recomendação, como referimos logo no seu início, já aqui foi apresentado em setembro de 2018, tendo a proposta à data sido rejeitada. Mas tratando-se de uma questão de saúde, optámos por insistir. -----

----- Hoje existem já vários estudos que apresentam as implicações do fogo-de-artifício ruidoso devido ao pânico causado e os diversos acidentes que podem assim acontecer. -----

----- Os fogos-de-artifício com barulho perturbam as pessoas e os animais, além de poluírem. -----

----- Como explicamos no documento que está para deliberação:-----

----- - Os espetáculos de pirotecnia estão normalmente acima de 150 decibéis, e podem chegar até 170 decibéis, contudo, a Organização Mundial de Saúde aponta 120 decibéis como o limiar de dor para o som;-----

----- - Todas as pessoas são afetadas, mas as pessoas mais vulneráveis são sempre aquelas que já se encontram fragilizadas, entre elas as pessoas que têm autismo e com demência, sendo a forma mais comum de demência a Doença de Alzheimer. -----

----- Nos animais estes problemas agudizam-se pois não há forma de os preparar para o barulho.-----

----- Ainda de ferir: -----

----- - Os riscos de queimadura e cegueira para as pessoas que lidam com os próprios fogos-de-artifício;-----

----- - E os diversos problemas ambientais, para além da poluição sonora, como o risco de incêndio e a libertação de substâncias tóxicas perigosas, situação para a qual diversas associações ambientalistas têm alertado. -----

----- Eventos onde há a tradição dos fogos-de-artifício, provocam a deterioração da qualidade do ar, apresentando durante as festividades níveis pontuais de partículas finas muito superiores ao recomendado pela União Europeia. -----

----- Em Lisboa recorre-se a fogo-de-artifício, em concertos e em festejos como a passagem do ano, muitos dos quais promovidos ou apoiados pela autarquia, pelo que considerando: -----

----- - Os impactos negativos dos fogos-de-artifício ruidosos, nas pessoas e no bem-estar animal; -----

----- - O aumento da poluição atmosférica; -----

----- - E que em algumas cidades já não são permitidos fogos-de-artifício ruidosos;-----

----- O PAN vem propor que este Plenário delibere: -----

----- - A utilização unicamente de fogos-de-artifício silenciosos, ponderando ainda a utilização de jogos de luz e laser ou *drones*, em todos os eventos promovidos pela edilidade ou por ela apoiados; -----

----- - E a elaboração de um estudo de impacto da utilização do fogo-de-artifício no município, abrangendo os nomeadamente os efeitos na saúde e bem-estar da população e também dos animais e na biodiversidade.-----

----- Queria finalmente referir que este assunto foi tratado da última vez com um misto de sorrisos, chacota e incompreensão. E aquilo que eu pedia aos Senhores Deputados, é que pondere se realmente tem tanta certeza da vossa posição que estão a ignorar aquilo que se está a passar por todo o mundo, uma tendência em que a sensibilidade dos dias de hoje, das pessoas, vai no sentido de não prejudicar os ser mais frágeis, os animais, as pessoas doentes. -----

----- E, portanto, sendo possível e existindo já neste momento, a opção de fogos-de-artifício silenciosos, porquê insistir numa prática que, no fundo e, neste momento à luz do conhecimento atual traduz uma significativa insensibilidade para com os outros. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados e Deputadas, Senhores Vereadores, boa tarde.-----

----- Está em discussão uma recomendação do PAN, que é um pouco mais extensa do que aquela que foi entregue o ano passado e dá vários exemplos de malefícios para a saúde. -----

----- Nós não desvalorizamos os vários estudos apresentados, mas, apesar dos quais não existe prova de causa efeito. Sabemos que os materiais pirotécnicos têm matérias perigosas, é verdade, mas tem havido uma melhoria muito grande no tipo de produtos utilizados e, também, uma melhoria nesta área. -----

----- Em relação ao ruído, a medição dos decibéis de perigosidade para o ser humano é de acordo com o tempo que ele existir, aqui não nos parece que em situações tão esporádicas de três ou quatro acontecimentos por ano no Município de Lisboa, justifique esta apreciação de grande risco, que não existe, e por tudo isto não nos parece, também, que se justifique a realização de um estudo de impacto e, por isso votamos contra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Deputado Miguel Santos. -----

----- A resposta ao seu repto é objetivamente, não! E é não, não só em função daquilo que são os hábitos e as tradições portuguesas e já agora a excecionalidade dos foguetes, preocupe-se mais com o ruído dos veículos automóveis ou com o ruído dos aviões, que é muito! Mas a resposta é não sobretudo para não inauguram um sem fim! É que Senhor Deputado, eu já estou mesmo a ver, imagine que por absurdo esta Assembleia lhe aprovava a proposta, imagine por maior absurdo a Assembleia da República lhe dava provimento, teríamos cá o Senhor Deputado para o ano a queixar-se dos efeitos nefastos da luz pelo consumo de eletricidade, por encadear os pobres pássaros e por aquelas pessoas que dormem sem as janelas corridas, as persianas corridas, ainda serem incomodados com o fenómeno luminoso. -----

----- Senhor Deputado, o PAN tem tido algumas posições razoáveis, outras radicais, esta não é uma coisa nem outra, esta é apenas um absurdo e julgo que esta Assembleia deve reprová-lo de uma forma muito clara esta Proposta. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros da Assembleia, Senhores Vereadores.-----

----- A proposta que o PAN nos traz hoje aqui, não é a primeira vez que faz, aliás, é a segunda. Pede-nos o PAN que tínhamos uma abordagem séria e construtiva a uma proposta que é ela de certa forma pouco séria e pouco construtiva, aliás, quase que me arriscaria dizer que o PAN neste momento, ensaia uma fraca imitação daquilo que o PS, também, nos tentou noutra matéria aludí no passado, se o PS nos trouxe aquelas que eram as vacas voadoras, o PAN agora traz nos o fogo-de-artifício sem ruído e qualquer dia pede-nos, também, que, porque aquelas pessoas que gostavam de compreender os sons, pudessem beneficiar de legendagem dos ruídos que entretanto tinham sido supridos.-----

----- E eu quero-lhe dizer Senhor Deputado, o que o senhor realmente pretende é o fim do fogo-de-artifício e o que nos custa aqui nesta sua intervenção e muitas vezes em algumas das propostas que o PAN traz, é a forma como progressivamente avança na tentativa de alguma forma ligado a um conceito do politicamente correto, deturpando estudos científicos e potenciando aquilo que eles não afirmam, dizer-nos a todos que a que forma como nós vivemos tem ela que ser repensada! Sem dúvida, mas não pelo absurdo! -----

----- Porque na sua intervenção, inclusivamente veio falar dos perigos que os químicos dos fogos-de-artifício têm! Sabe Senhor Deputado, esses químicos não são os principais responsáveis pelo ruído, são na sua grande maioria os principais responsáveis pelas mudanças de cor que o próprio fogo-de-artifício apresenta, dir-me-á a seguir o Senhor Deputado que quer passar a ter fogo-de-artifício monocolor que é para evitar também a questão da utilização dos químicos.-----

----- Senhor Deputado, não é séria a proposta que nos traz e eu diria que no limite, novamente recorrendo ao espírito natalício, o apelo que lhe faço é não questione sequer de futuro a utilização das renas para o Pai Natal! -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro público.-----

----- A proposta que hoje o PAN estás novamente este Plenário, já foi votada há um ano, praticamente é a mesma e foi chumbada por larga maioria dos membros desta Assembleia, falamos do fogo-de-artifício, fogo esse que é licenciado pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Fala, também, o PAN sobre o impacto dos trovões, bem isso é algo que nós não podemos licenciar nem regulamentar, isso não podemos fazer ainda a São Pedro, se calhar, um dia vamos conseguir, mas, por enquanto não o podemos fazer!-----

----- Depois apresentamos como alternativa, jogos de laser, de luz e *drones*, então era importante, também, dizer qual é o impacto negativo que os *drones* por exemplo têm em Lisboa nos pombos e nas gaivotas? Ou os jogos de luz têm no impacto visual das pessoas mas, também, dos animais!-----

----- Depois dá-nos exemplos internacionais daquilo que são as festas em Nova Deli, nos Estados Unidos e na China, quer dizer, querer comparar festas de tamanha magnitude com aquilo que são dois lançamentos no ano, nas festas da cidade e na passagem de ano e outros muito ocasionais. Não pode ser admissível nem sequer é sério nesta discussão.-----

----- Depois de Lisboa tem imensos problemas ambientais que nós temos deparado e temos discutido aqui nesta Assembleia e não me parece que este seja um deles com devido respeito pelos estudos que aqui nos apresenta, mas eles não se aplicam em Lisboa e, portanto, parece-nos mais uma vez após um ano que esta proposta é exagerada e é extremista.-----

----- E depois, o Senhor Deputado, o que é que nos coloca na parte deliberativa? Primeiro diz quer proibir e a seguir quer estudar! Então o que é que nós vamos estudar se já estamos a proibir, portanto, Senhor Deputado, eu acho que esta proposta não faz qualquer sentido.-----

----- Para terminar, Senhor Presidente dizer que há uns meses atrás, o PAN queria aqui nesta Assembleia ditar a forma como nós falamos entre nós, através do regimento, hoje quer ditar, como é que nós fazemos as nossas festas em Lisboa, isso nós não podemos aceitar e, portanto, vamos votar contra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- O Partido da Terra, e já agora Senhor Deputado Miguel Santos! O Partido da Terra até estaria quase inclinado a votar favoravelmente uma proposta deste teor, no

entanto, não o pode fazer porque isso ia dar carta-branca às propostas despropositadas que o PAN normalmente traz aqui, e dar azo a que o PAN continuasse a sua política de proibir tudo o que lhe apetece e mais alguma coisa e, portanto, como nós somos um partido que gostaria era de o proibir de proibir, portanto, proibimos esta proposta que o Senhor Deputado Miguel Santos veio aqui trazer.-----

----- E gostaríamos que futuramente, como foi aqui, aliás, referido por colegas anteriores que, o PAN trouxesse propostas válidas, mas que não fosse coartar se quer a atividade, seja do município, seja das empresas que laboram nesta área, seja inclusivamente, do facto ser uma forma de expressão popular.-----

----- E, portanto, o Senhor Deputado gostaria que futuramente trouxesse propostas mais sérias, porque senão e como foi dito pelo Deputado Luís Newton, vamos ter aqui proposta de proibir as cores, porque também há os daltónicos Luís Newton, é preciso ter em conta os daltónicos! Portanto, isso não faz qualquer sentido e até gostaria penso que a solução melhor seria que o Senhor Deputado retirasse, inclusivamente, esta Proposta. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- O PAN insiste e nós insistimos com os nossos argumentos. -----

----- As ideias de PAN ora são boas, ora são novas, esta não é certamente boa, por quanto, também, não é nova.-----

----- A verdade é que já o ano passado aqui dissemos e explicámos ao Senhor Deputado do PAN que há dois momentos essenciais na cidade de Lisboa, onde há fogo-de-artifício, nos Santos Populares nas festas da cidade e no fim do ano. -----

----- Por outro lado, não nos parece que seja adequado nós começarmos a proibir sem mais, e votando a utilizar o argumento que aqui utilizei na última vez que o PAN tentou fazer passar este tipo de documento, a nossa preocupação continua, também, a incidir no som que os aviões produzem quando passam e fazem razias na cidade e, portanto, também, perturbam os animais e, portanto, Senhor Deputado é pena que o PAN não se tenha manifestado favoravelmente à construção do novo aeroporto fora da cidade de Lisboa, quando o Partido Socialista assim o propôs. -----

----- Portanto, nós continuamos com a mesma posição de mantivemos. Mantemo-nos coerentes, achamos que não é uma questão que seja de uma importância extrema e que, nesse sentido, uma proibição como já aqui ficou expresso, não vai melhorar a situação, eventualmente a realização de um estudo prévio que possa no futuro levar a que sejam tomadas medidas ou repensadas situações como aquela que aqui é relatada

isso é eventualmente uma coisa que nós pudéssemos pensar! Mas começar por proibir e depois estudar, não nos parece ser a melhor forma de agir e, portanto, não podemos, naturalmente acompanhar o PAN nesta recomendação que aqui hoje assim apresentada e, por isso, Partido Socialista votará contra a proposta do PAN. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.”-----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação n.º 095/01 (PAN)**. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PPM, Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenções do BE, PEV, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PAN. A **Recomendação n.º 095/01 (PAN)** foi **rejeitada**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Há declarações de voto por escrito do Senhor Deputado Raúl Santos, Senhor Deputado Paulo Muacho, o MPT e o PSD.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton quer usar da palavra para dizer as declarações de voto que vai fazer por escrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado.-----

----- Só porque houve aqui alterações nos gostávamos de aqui clarificar que, relativamente o Ponto 4 e ao Ponto 12 que foram discutidas em conjunto, iremos apresentar uma declaração de voto por escrito e relativamente ao Ponto 3, também, iremos apresentar uma declaração de voto por escrito.”-----

----- (O Grupo Municipal do PSD, não entregou posteriormente as suas Declarações de Voto referentes aos Ponto 3, 4 e 12, bem como, à Recomendação n.º 095/01 (PAN).)-----

----- **O Deputado Municipal Independente Raúl Santos**, apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Raul Santos*-----

----- *Deputado Municipal Independente*-----

----- *Declaração de voto escrita sobre a*-----

----- *Recomendação 095/01 (PAN) - Pela utilização de fogos-de-artificio silenciosos.--*

----- *i. Apesar de concordar em absoluto com a necessidade de os fogos-de-artificio passarem a ser o mais silenciosos possível, a forma como a recomendação está redigida não me permite votar favoravelmente, pois o seu*

ponto 2 deixaria de fazer sentido se o ponto 1 fosse aprovado. Também as justificações apresentadas na recomendação não são suficientemente consistentes. -----

----- ii. Lamento a forma jocosa e pouco digna que alguns deputados utilizaram para manifestar a sua discordância com a recomendação apresentada. -----

----- Raul Santos -----

----- DM IND” -----

----- **O Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e a Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves**, apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- A Recomendação 095/01 - “Pela utilização de fogos de artifício silenciosos“, apresentada pelo PAN na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 17 de Dezembro de 2019, mais não é do que uma reencarnação da Recomendação 035/09 - “Substituição dos fogos-de-artifício tradicionais por fogos de artifício silenciosos”, apresentada também pelo PAN a 18 de Setembro de 2018, a qual mereceu o meu voto favorável e da deputada Patrícia Gonçalves. Não obstante, tal recomendação foi rejeitada por larga maioria. -----

----- Através da Recomendação 095/01 o PAN procede a uma verdadeira reciclagem de uma Recomendação que já havia sido rejeitada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, pelo que, por este motivo os Deputados Municipais signatários desta Declaração de Voto não podem acompanhar a Recomendação 095/01 mesmo concordando com o que nela vem exposto. -----

----- Os Deputados Municipais -----

----- Patrícia Gonçalves-----

----- Paulo Muacho” -----

----- **O Grupo Municipal do MPT**, apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- **“Declaração de Voto**-----

----- O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57.º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 17 de Dezembro de 2019 a sua declaração de voto referente à Recomendação 095/01 (PAN) – “Pela utilização de fogos de artifício silenciosos”. -----

----- Esta Proposta mereceu o voto contra deste Grupo Municipal porque o Partido da Terra entende que se trata de mero folclore, que o próprio PAN disso bem sabe, não trazendo qualquer contributo positivo para a discussão sobre o impacto do ruído dos fogos de artifício no bem-estar das populações, bem assim como dos animais. -----

----- O que o Partido da Terra gostaria de ter visto apresentado por parte do PAN seria um verdadeiro estudo de impacto antes da propositura de uma recomendação sem qualquer tipo de fundamentação técnica, sendo que, caso o tivesse feito e

estivesse devidamente fundamentada, eventualmente o PAN teria merecido o voto favorável do MPT que é um partido que se considera ambientalista e humanista. -----

----- Acresce a tudo isto que o Partido da Terra, contrariamente ao PAN, não se identifica com a postura proibitiva e intransigente reflectida nesta Recomendação. ----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,-----

----- O Deputado Municipal-----

----- - José Inácio Faria - ”-----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Antes de dar por encerrada esta sessão, eu recordava os Senhores Deputados que a seguir vamos ter aqui o coro constituído pelos trabalhadores e deputados desta casa, peço que não saiam, teremos a presença da antiga Presidente desta Assembleia, também, no coro como nos tinha prometido, a Senhora a Arquiteta Helena Roseta. ----

----- Por outro lado, haverá como é usual aqui ao lado no foyer um lanche de Natal, como é usual.-----

----- Queria, também, desejar aos Senhores Deputados um Feliz Natal, um ano cheio de prosperidade, saúde e felicidade, aos Senhores Deputados, naturalmente, extensível aos Senhores Vereadores, a todos os trabalhadores desta casa e aos cidadãos e cidadãs que estão presentes nesta Assembleia, dito isto, vou dar por encerrada esta sessão e a Mesa vai sair para vir para aquilo o coro que vai cantar para todos nós e, portanto, a seguir há o lanche no foyer.-----

----- Muitas felicidades a todos, dou por encerrada esta sessão.”-----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e trinta minutos.-----

----- Nota: As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE-----